



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

Ilberto Dias Pinto

**“Sindicalismo no Aço e no Ato”**: O Discurso Militante Classista  
do Boletim informativo “O Metalúrgico” do Sindicato dos  
Metalúrgicos de Feira de Santana. (1988 - 2003)

Feira da Santana  
Agosto de 2008

Ilberto Dias Pinto

**“Sindicalismo no Aço e no Ato”**: O Discurso Militante Classista do Boletim informativo “O Metalúrgico” do Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana. (1988 - 2003)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Estadual de Feira de Santana como exigência para a obtenção do grau de Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto

Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira da Santana  
Agosto de 2008

## Folha de Aprovação.

A banca examinadora considera esta monografia adequada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, 05 de agosto de 2010

---

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (orientador)

Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Profa. Dr. Andrea da Rocha Rodrigues

Universidade Estadual de Feira de Santana

---

Prof. Ms. Igor Gomes Santos

CEFET - BA

## **Autorização**

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação/tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Local e Data:** \_\_\_\_\_

*Para Celina e João, Maiores e Melhores incentivadores*

*Para Terezinha e Bartolomeu, saudades eternas*

*Para meu pai e minha mãe, razão de vida e de trabalho*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado da contribuição de algumas pessoas importantes na minha vida, que trouxeram auxílio, compreensão, mas acima de tudo muito amor.

Inicialmente tive dúvidas em relação ao tema de trabalho a ser desenvolvido. Achei muita “pedra no sapato”, porém decidi dedicar a minha atenção para a minha profissão anterior à de Historiador: a de Trabalhador Metalúrgico. Foi daqui que parti para o desenvolvimento deste trabalho, com gosto, dedicação e responsabilidade.

Dedico de forma bastante especial esta monografia aos meus pais (Gilberto e Letícia) e a minha irmã Izabele. Foram vocês que sempre estiveram comigo no desenvolver dos meus estudos, preenchendo de atenção e de trabalho a minha mente e de muito carinho o meu coração. Amo muito vocês.

Agradeço aos companheiros do SMFS (Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana), pela ajuda e disponibilidade em relação aos boletins.

Aos amigos do curso de Licenciatura em História, em especial, Juvenal, Sóstenes (com quem travei debates intelectuais incríveis), Lívia Gozzer e Michelle Dantas.

Utilizando-se da linguagem sindical, agradeço a todos os companheiros de luta do LABELU (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais) pelo incentivo, pelas orientações, pelos debates produtivos que tive (que foram poucos, porém especiais), além dos “puxões” de orelha. Agradeço a todos, sem esquecer nenhum de vocês.

Ao meu orientador, Prof. Eurelino Coelho, que através de suas observações, me levou a ter um maior gosto pelo estudo da Ciência Política.

A Profa. Elizete da Silva (que vai ser sempre minha orientadora). Referência enquanto professora e amiga. Foi um privilégio muito grande em trabalhar contigo.

E agradeço também a aqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

O meu mais sincero Obrigado!

## O POETA-OPERÁRIO

Grita-se ao poeta:

“Queria te ver numa fábrica”

O quê? Versos? Pura Bobagem

Para trabalhar não tens coragem

Talvez

Ninguém como nós

Ponha tanto coração

No trabalho.

Eu sou uma fábrica

E se chaminés me faltam

Talvez sem chaminés

Seja preciso

Ainda mais coragem...

Camaradas

Dentro da massa operária

Proletários

Do corpo e do espírito

Somente unidos

Somente juntos

Remoçaremos o Mundo...

Vladimir Maiakovski (1918)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal a análise do discurso proferido pelos boletins informativos “O Metalúrgico”, distribuídos pelo SMFS (Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana), entre os anos de 1988 e 2003, com o intuito de analisar a progressão do “discurso classista”, usado pelo sindicato, durante este período, além de pensar sobre a influência ideológica da CUT (Central Única dos Trabalhadores) nos textos dos boletins e investigar, a partir das informações descritas nos boletins, a história das ações políticas e das práticas sindicais do SMFS.

**Palavras-Chaves:** Classismo, Sindicato Metalúrgico, Feira de Santana.



## ABSTRACT

The present work has the principal objective of analyzing the discourse of the informative bulletins “O Metalúrgico”, distributed by the SMFS (Feira de Santana’s Metallurgic Syndicate), on the 1988 and 2003’s, with the intent of analyzing the progression of the “Classist Discourse”, used by the syndicate, during this period, beyond of thinking about the ideological influence of the CUT (Unique Central of Workers) in the bulletins’ texts and investigating, from the information descript in the bulletins, the history of the politic actions and the syndical practices of the SMFS.

**Keywords:** Classism, Metallurgic Syndicate, Feira de Santana.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: “UNIÃO E LUTA DOS TRABALHADORES” – O SURGIMENTO DO SMFS E SUAS TENDÊNCIAS POLÍTICAS</b>	<b>14</b>
<b>1.1 “O Sindicato, enfim, rompe com a FETIM”</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 2: “ÓTIMO PARA OS TRABALHADORES, PÉSSIMO PARA OS PATRÕES” – O DISCURSO DO SMFS NOS BOLETINS ENTRE OS ANOS DE 1992 E 1995.</b>	<b>30</b>
<b>2.1 “A Campanha Salarial de 1992 e 1993 dentro do Boletim O Metalúrgico”</b>	<b>32</b>
<b>2.2 “Qualidade Total é Mentira” – Reestruturação Produtiva e o Boletim “O Metalúrgico” de Novembro de 1993.</b>	<b>46</b>
<b>2.3 “Acorda Companheiro” – Campanha Salarial de 1994, e o plano FHC/FMI.</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO 3: “ACORDO ASSINADO, É SÓ CUMPRIR” – O DISCURSO DO SMFS NOS BOLETINS ENTRE OS ANOS DE 1995 E 2003.</b>	<b>58</b>
<b>3.1 “Trabalhadores e Patrões fecham acordo”: conciliação nos boletins do SMFS e os “Novos Anseios” do Metalúrgico Feirense.</b>	<b>62</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS - SMFS: DO CLASSISMO, COMO PRINCÍPIO, À CONCILIAÇÃO, ENQUANTO PRÁTICA</b>	<b>72</b>
<b>LISTA DE FONTES</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>77</b>

## INTRODUÇÃO

*A história se apresenta como cenário tanto de construção, de conservação, quanto de superação da ordem hegemônica. Em outros termos, a história é um campo de possibilidades. “Locus” onde as classes sociais elaboram as suas vontades, se organizam em torno dos seus projetos e lutam.*<sup>1</sup>

O presente trabalho tem como objetivo principal a análise do discurso proferido pelos boletins informativos “O Metalúrgico”, distribuídos pelo SMFS (Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana), entre os anos de 1988 e 2003, com o intuito de analisar a progressão do “discurso classista”, usado pelo sindicato, durante este período.

O objeto de estudo do trabalho é o discurso feito pelo SMFS nos boletins que foram distribuídos aos trabalhadores do ramo metalúrgico de Feira de Santana durante o período citado, desde o surgimento da instituição em 1988, quando houve o desmembramento da base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador, órgão que sediava a FETIM-BA (Federação dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica do Estado da Bahia), até o ano de 2003, quando há uma consolidação das transformações nas práticas sindicais e discursivas da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Sobre análise do discurso, Steigenberger afirma que “procura estabelecer, por meio da articulação do lingüístico e do social, o seu campo de atuação, com o que pode chegar a sua especificidade. Concebe a linguagem não como fenômeno estudado em relação ao seu sistema interno, mas como discurso”<sup>2</sup>, ou seja, o discurso pode ser encarado como uma importante ferramenta de análise da história, pois traz em sua estrutura (estrutura do discurso), ideologias, pensamentos, práticas políticas, problemáticas, enfim, elementos que são passíveis de uma contextualização histórica.

A fonte que será analisada neste trabalho é o boletim informativo “O Metalúrgico” do SMFS (Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana), que foi impresso e distribuído entre os anos de 1988 e 2003. A escolha do recorte temporal se deu pela seguinte questão: O ano de 1988, por ser o de fundação do órgão sindical na cidade, e 2003, o ano da posse presidencial do ex-metalúrgico e sindicalista que foi um

---

<sup>1</sup> BRANDÃO, Nágela Aparecida. *Crise e Reestruturação Capitalista: manutenção ou construção de uma nova Ideologia? Uma análise da Central Única dos Trabalhadores*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNICAMP: São Paulo, 2003. (p.30).

<sup>2</sup> In: STEIGENBERGER, Fabiana Fernanda. *A Subjetividade Dispersa no Discurso da CUT*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2007. (p.26). Segundo Steigenberger, a noção de discurso deve ser procedente da formação discursiva, da formação ideológica, e das condições de produção do discurso, que são permeadas por um contexto histórico-social.

dos disseminadores do discurso do “Novo Sindicalismo” na CUT: Luís Inácio “Lula da Silva”.

Foram analisados 55 boletins que foram impressos durante este período, além de 5 documentos que foram redigidos no surgimento do sindicato, pelos dirigentes sindicais que romperam relações com a Federação dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica do Estado da Bahia (FETIM-BA). Além da documentação encontrada, foi utilizado neste trabalho uma entrevista realizada com o ex-presidente do SMFS, o senhor José Américo Reis, que deu embasamento na pesquisa sobre as razões que deram início ao surgimento do sindicato, além de ter contribuído na resolução da problemática principal do trabalho: a análise do discurso classista do SMFS entre 1988 e 2003, na busca de uma melhor observação de sua progressão.

No primeiro capítulo será feita uma análise histórica do surgimento do SMFS a partir dos seus primeiros documentos de campanha, além da relação partidária existente entre seus filiados e dirigentes com a corrente sindical hegemônica na instituição. Em conjunto com a análise histórica do SMFS, também far-se-á uma discussão sobre o surgimento do SMFS dentro das transformações de cunho ideológico ocorridas na central sindical pela qual o SMFS era filiado, nesse caso a CUT (Central Única dos Trabalhadores), e a forma como estes primeiros documentos de campanha apresentavam o discurso de uma determinada tendência sindical, que apresentava o “classismo” como programa de ação política, dentro do SMFS.

No segundo capítulo será feita uma análise de como o SMFS começou a se utilizar do Boletim “O metalúrgico” como instrumento de campanha, destacando a forma como se apresentava o discurso “classista” nos textos dos boletins que foram publicados entre abril de 1992 e novembro de 1995, a partir da observação das manchetes sobre campanhas salariais durante este período, além de tratar sobre como os boletins trazem informações sobre o fenômeno da reestruturação produtiva nas indústrias da cidade de Feira de Santana, sobretudo nas empresas do ramo metalúrgico, e da recepção do SMFS das políticas neoliberais empreendidas pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

No capítulo final será discutida a forma como se transformou o discurso do SMFS a partir da análise dos boletins impressos entre 1995 e 2003, onde o principal objetivo é entender como as transformações deste discurso resultaram também em transformações acerca da natureza das reivindicações do trabalhador metalúrgico feirense, de onde serão debatidas as novas preocupações do trabalhador metalúrgico feirense, que passa

da luta combativa a conciliação com o patronato em prol de melhorias nas condições de vida e trabalho, acarretando numa transformação na ação e na política empreendida pela classe dirigente do SMFS.

## CAPÍTULO 1: “UNIÃO E LUTA DOS TRABALHADORES” – O SURGIMENTO DO SMFS E SUAS TENDÊNCIAS POLÍTICAS

“Agora, com o Sindicato de Feira, nós metalúrgicos, vamos ter ao nosso lado, para o que der e vier, companheiros conhecidos, exercendo, no dia a dia, o papel de dirigente sindical. Isto é progresso, isto é avanço” (*Boletim “Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana – Em defesa da união e luta dos trabalhadores, contra os patrões e o governo”, 1988*).

O SMFS (Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana) nasceu em dezembro de 1988, mais precisamente no dia 22, numa assembléia realizada pelo SMS (Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador), em que foi aprovada a doação de bens e o desmembramento da base territorial metalúrgica feirense da FETIM – BA (Federação dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica do Estado da Bahia). Estes bens, móveis e imóveis, segundo a base metalúrgica feirense, representavam o patrimônio que fora constituído através das contribuições feitas pelos operários metalúrgicos de Feira de Santana á sua entidade representativa na época, que neste caso era o SMS, que também sediava no mesmo prédio a FETIM – BA.

Em setembro de 1989, as bases metalúrgicas feirense, representadas na FETIM-BA por 11 dirigentes sindicais, convocam os trabalhadores do ramo metalúrgico de Feira de Santana para o 1º Congresso dos Metalúrgicos de Feira de Santana, e em sua plenária final, os dirigentes do SMFS redigem uma carta aos delegados do 2º Congresso dos Metalúrgicos da Bahia, que fora realizado nos dias 25, 26 e 27 de agosto do mesmo ano, como resposta ao que foi determinado no 2º congresso estadual. Este comunicado trazia em suas linhas, as vontades e razões do surgimento do SMFS, como podemos ver nos seguintes trechos:

[...] Caros Companheiros, Inicialmente, queremos saudar a realização desse valoroso congresso que muito contribuirá para o avanço da luta operaria na Bahia.

Nós, metalúrgicos de Feira de Santana, com o objetivo de nos organizar melhor, fundamos o nosso próprio sindicato, em Dezembro do ano passado.

Nesses 9 meses, enfrentamos o boicote e a tentativa de não reconhecimento da nossa entidade pelos patrões e até a incompreensão de alguns companheiros do Sindicato de Salvador. Apesar disso, não nos dobramos. Junto com o nosso sindicato, fizemos várias paralisações por reposição salarial, todas vitoriosas. Hoje, os patrões tiveram que se dobrar e reconhecer o nosso sindicato, que já conta com mais de mil associados.

Mas outras dificuldades continuam. A principal delas é a falta de uma sede e de outros objetos para o funcionamento do nosso sindicato. Portanto queremos a ajuda de vocês para resolvermos este problema.

Há, aqui em Feira de Santana, uma casa com telefone e outros objetos, além de um automóvel Gol, de placa n° UG – 0223, que serviu a antiga Sub-Delegacia do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador. Embora, formal e legalmente, os citados bens pertençam ao sindicato de vocês, na verdade eles constituem patrimônio nosso. Afinal de contas, durante os vários anos em que o Sindicato de Salvador nos representava, as nossas contribuições e as mensalidades eram descontadas para o mesmo. Portanto, nós metalúrgicos de Feira de Santana, reunidos em nosso 1° congresso, fazemos um apelo fraternal a todos vocês, para que aprove a doação dos bens citados ao nosso sindicato, referendando, assim, a decisão da nossa categoria, em assembléia realizada no dia 22 de dezembro do ano passado, convocada pelo Sindicato de Salvador, e que aprovou a doação dos bens.

Saudações Sindicais

Plenária Final do 1° Congresso dos metalúrgicos de Feira de Santana.

[...] <sup>3</sup> (sic).

Esta carta fora o primeiro documento impresso do SMFS, onde o sindicato deixa exposto os anseios de seus dirigentes, que representava os trabalhadores metalúrgicos de Feira de Santana no Sindicato de Salvador. No momento de fundação o SMFS não possuía nenhum documento impresso, ou qualquer boletim, problema que fora resolvido no seu 1° congresso, onde cada participante, além da carta do congresso, recebeu uma cópia do estatuto, aprovado pelo SMS, em conformação com a Constituição Federal de 1988, e o 1° Boletim, intitulado “Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana – Em defesa da união e luta dos trabalhadores, contra os patrões e o governo”, onde neste boletim, além de serem explicitadas as características do tipo de sindicalismo que o órgão propunha, também explicava “de modo disfarçado” as razões que levaram a

---

<sup>3</sup> Carta do 1° Congresso do SMFS, de 04 de setembro de 1989.

fundação do SMFS, segundo os dirigentes, seria apenas o da falta de proximidade que o SMS tinha em relação aos trabalhadores feirenses.

Nota-se nas entrelinhas desta carta, uma grande oposição entre os dirigentes sindicais de Feira de Santana, que viriam, logo após, a formar o SMFS e o Sindicato Metalúrgico de Salvador, que sediava a FETIM-BA, sobretudo no trecho em que afirmam o boicote e o não reconhecimento do sindicato por parte do patronato feirense e dos dirigentes sindicais de Salvador, deste modo, nos vem à seguinte problemática: o que levou a esta oposição entre a liderança sindical metalúrgica de Salvador e a liderança metalúrgica de Feira de Santana, posto que esta fora responsável pelo desmembramento desta base com a FETIM – BA, em 1988? É importante verificar esta oposição entre SMFS e o SMS porque é a partir dela que perceberemos que este desmembramento não fora pela simples razão de organização dos trabalhadores, mas sim por motivos de ordem política, que demonstravam divergências entre ideologias dentro da federação metalúrgica filiada a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o que nos leva a crer que o documento apresenta contradições em seu discurso.

### **1.1 “O Sindicato, enfim, rompe com a FETIM”**

Nos primeiros panfletos do SMFS, os sindicalistas feirenses não deixam claro o verdadeiro motivo desta “cisão”, que pode se referir a uma separação entre bases sindicais, e não propriamente um isolamento de ambas as partes. Mesmo após o desmembramento, o SMFS ainda possuía relações com a Federação, e também tinha a mesma filiação com a CUT, como o Sindicato de Salvador. O que é perceptível na carta do 1º Congresso e do 1º Boletim do SMFS são as “razões alegadas” da fundação do sindicato metalúrgico feirense, como podemos ver nos seguintes trechos:

“LIBERDADE SINDICAL: Depois de tanto tempo, os trabalhadores brasileiros conseguiram dar alguns passos em termos de liberdade e autonomia sindical, através da nova constituição, que no geral, é conservadora, mas que tem alguns aspectos positivos. Portanto, nós



metalúrgicos de Feira, temos o direito de possuir o nosso próprio sindicato, exercitando a liberdade e a autonomia sindical”.<sup>4</sup>

“TER O SEU PRÓPRIO SINDICATO É UM DIREITO DOS METALÚRGICOS DE FEIRA: Algumas pessoas da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador estão irritadas porque foi fundado o Sindicato dos Metalúrgicos em Feira de Santana, mas existe uma minoria de onze diretores que entendem que é um sagrado direito dos Metalúrgicos de Feira de Santana possuírem o seu próprio SINDICATO. Queremos liberdade sindical. Toda essa irritação é porque o SMS (Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador) pretendia manter o controle e a dominação grupista sobre o trabalho sindical entre os metalúrgicos de Feira. Essas pessoas estão vindo aqui em Feira para atacar a fundação do nosso sindicato, porque estão meio preocupados com o poder” (sic)<sup>5</sup>.

A partir das citações em destaque, percebemos que o que estava em jogo, em si, não era propriamente a criação de um espaço sindical que pudesse dar assistência aos trabalhadores metalúrgicos feirenses, mas sim havia uma disputa política entre tendências ideológicas dentro da Federação, que no período destacado, possuía filiação com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o que nos leva a uma reflexão sobre a falta de solidez que existia dentro da política da CUT, resultante de suas divergências internas entre ideologias. O PC do B, com a sua CSC (Corrente Sindical Classista) vêm fazer parte da CUT no ano de 1989, contexto de fundação do SMFS, depois de anos de crítica ao sindicalismo “combativo” da CUT.

Analisar a história do SMFS, a partir do discurso que era produzido em seus boletins, representa também o fazer-se de uma reflexão sobre as ações sindicais e o arcabouço histórico da CUT, principalmente se este estudo se referir ao ano em que na própria CUT estavam ocorrendo transformações político-ideológicas nas correntes sindicais que lhes estruturavam.

A CUT nasceu em 1983, num contexto onde podemos destacar como característica principal o crescimento de movimentos operários frente ao regime político

---

<sup>4</sup> Documento pertencente ao Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana, de 04 de Dezembro de 1988. Nota-se, em seu subtítulo “Em defesa da união e luta dos trabalhadores, contra os patrões e o governo” o caráter classista proposto pela instituição.

<sup>5</sup> Idem.

militar, que impedia a unificação e a autonomia de organização dos trabalhadores no país. A CUT surge amparada pelo movimento operário brasileiro que ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”.

Fazendo uma alusão ao termo, que o autor Eric Hobsbawn utilizou para pensar o caso britânico dos movimentos operários do século XIX, o “Novo Sindicalismo” representa um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para sindicatos, como um posicionamento social e político mais radical, por parte dos sindicatos, dentro do movimento operário, o que seria a transformação de velhos sindicalismos, na transformação de uma história operária.<sup>6</sup> Hobsbawn ao se apropriar do conceito feito pela massa trabalhadora britânica, explicou, pensando em âmbito mundial, a modificação das práticas sindicais que ocorriam com o passar dos anos. Vários são os autores que discutem a formação do “Novo Sindicalismo” no mundo, sobretudo no Brasil, após a década de 80. Marcelo Badaró Mattos, na introdução de seu livro, Badaró explica que os analistas do movimento operário brasileiro cunharam a expressão “Novo Sindicalismo” a partir das greves que ocorreram no fim dos anos 70, no ABC paulista, para qualificar o fenômeno, como aquele que se opunha a uma tradição de sindicalismo que antes existia no Brasil <sup>7</sup>, de caráter assistencialista e atrelado ao aparelho de Estado político.

Outro conceito que podemos utilizar para denominar o fenômeno do “Novo Sindicalismo” é o conceito de Antonio Cruz <sup>8</sup>, que afirma que o “Novo Sindicalismo” inscreve-se nas práticas discursivas dos chamados “novos movimentos sociais”, que emergem no cenário político brasileiro em meados da década de 70, e que faz parte de um “discurso fundador” da CUT.

Percebemos que os conceitos sobre o “Novo Sindicalismo”, não diferem no que diz respeito a uma mudança acerca das velhas estruturas sindicais existentes em determinada sociedade, o que infere na utilização do conceito de Hobsbawn, que melhor define este fenômeno mundial, posto que Badaró e Cruz tratem deste fenômeno como parte de uma história do movimento nacional dos trabalhadores no Brasil. <sup>9</sup>

---

<sup>6</sup>In: HOBBSBAWN, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (p.225).

<sup>7</sup> Ver em MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. (p.11).

<sup>8</sup> CRUZ, Antonio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. (p.40)

<sup>9</sup> O que pretendo demonstrar é que os conceitos de Badaró, Cruz e Hobsbawn se aproximam no que se referem a uma “transformação social dos movimentos operários, entre períodos históricos”, mas Badaró e Cruz aplicam seus conceitos de forma a pensarem numa situação a nível de Brasil, enquanto Hobsbawn

O “Novo Sindicalismo” é desenvolvido no interior da CUT a partir de ligações entre vertentes sindicais próximas, e até mesmo opostas, como explica a autora Celina Gomes Oliveira:

[...] A criação da CUT, na primeira metade da década de 80, tornou-se viável devido à aproximação de duas importantes vertentes sindicais: a Oposição Sindical (OS) e os Sindicalistas “Autênticos”. Estas duas vertentes, em função do objetivo maior de criar e consolidar a entidade desconsideraram provisoriamente suas profundas diferenças. Entretanto, o movimento sindical brasileiro, dividido formalmente, em 1983, - de um lado, Oposições Sindicais e Sindicalistas “Autênticos”, definindo o campo da CUT, e, de outros setores do sindicalismo conservador aliados á esquerda tradicional -, seguiu revelando e aprofundando suas divergências, tanto entre os dois blocos distintos, quanto no interior dos mesmos [...].<sup>10</sup>

A CUT, em sua origem, interiorizava as seguintes tendências<sup>11</sup>: a US (Unidade Sindical), que possuía sindicalistas de orientação políticas próximas as configuradas pelo PCB, PC do B e do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro); os sindicalistas “Autênticos”, que também eram denominados de “Combativos”, por entrarem em conflito direto com o Ministério do Trabalho, levantando reivindicações que contrariavam a política salarial do governo, e a “extrema esquerda”, que possuíam orientação político-ideológica leninista e trotskista, não organizadas partidariamente, quase próximas a um sindicalismo revolucionário. Estas foram às tendências que fundaram a CUT, em 1983. Já em 1989, a CUT, na tentativa de uma melhor organização apresenta inúmeras tendências ideológicas na sua estrutura, tendo como Tendência majoritária, no país, a Articulação Sindical, em contrapartida as “correntes de esquerda” e a corrente comunista do CSC (Corrente Sindical Classista).

Deste modo, percebemos que, entre o nascimento da CUT em 1983 e os conflitos por divergências internas em 1989, se tentou, dentro da central, a unidade provisória entre correntes, que a posteriori não se efetivou, porque a diversidade ideológica,

---

explora este conceito analisando-o de modo mais geral, e que pode ser utilizado para pensar as transformações no mundo trabalho, em si, nos movimentos operários que fazem parte desta esfera.

<sup>10</sup> Ver em: OLIVEIRA, Celina Gomes. *A Gênese da CUT: oposição sindical (e novo sindicalismo) na construção da Central*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP: Campinas, SP: 1995. (p.20).

<sup>11</sup> Sobre as tendências fundadoras da CUT ver: BOITO JUNIOR, Armando (org.) *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (p.27).

embora não tenha inviabilizado a união destes setores no início dos anos 80, imprimiu no sindicalismo da CUT uma feição singular, um desenvolvimento irregular carregado de polêmicas e controvérsias, as quais, se por um lado, incentivaram o convívio democrático no interior da central, por outro lado, ameaçam por vezes, a unidade [...] foi se evidenciando ao longo do tempo uma diferenciação crescente no que se refere à finalidade política de cada agrupamento que a compõe.<sup>12</sup> Assim o fator que evidencia a característica política da CUT em 1989 é a da “oposição ideológica dentro de uma tentativa de união organizativa”, e este caráter será difundido em seus sindicatos filiados.

A intenção não é narrar uma “história das tendências existentes na CUT”, mas sim compreender os fatos iniciais que deram origem ao SMFS e ao desenvolvimento do seu “discurso classista” nos textos dos boletins. A história do SMFS não pode ser desvinculada da história da CUT: o SMFS surgiu dentro da FETIM – BA, que possuía filiação com a central sindical, além de surgir no momento em que a CUT nacional passa por transformações em suas práticas sindicais, e na sua ideologia.

A FETIM – BA possuía filiação com a CUT, e em 1988 vem a ocorrer o desmembramento que ocorrera entre a base dirigente metalúrgica feirense e o Sindicato de Salvador, por motivos ainda não definidos, o que nos leva a pensar nas seguintes problemáticas: A que tendência político-ideológica pertencia os dirigentes sindicais da base metalúrgica de Feira de Santana? E o que gerou este desmembramento, e o estabelecimento de um sindicato metalúrgico em Feira de Santana, fora dos domínios da Federação?

A CUT, dentro de sua estrutura, representava a ligação de tendências ideológicas<sup>13</sup> provenientes dos partidos de esquerda, e de representantes de grupos revolucionários que foram atuantes no período da Ditadura Militar. A partir da década de 90, a CUT nacional, seguida das estaduais, passou por transformações em sua formação política, em que segundo afirma Rodrigo Dias Teixeira, [...] o caráter de luta, de contestação à ordem, que caracterizou o nascimento e os primeiros anos de vida da CUT foi paulatinamente substituído por uma postura de rendição frente ao avanço da

---

<sup>12</sup> Idem. (p.7)

<sup>13</sup> Sobre a composição destas tendências ou “correntes” ideológicas, ver GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis, Vozes, 1990, e GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, Scritta, 1993.

globalização e do neoliberalismo [...] <sup>14</sup>, onde o que interessava não era mais a combatividade sindical “frente á frente” com o patronato, mas sim a negociação que visasse melhores resultados para os trabalhadores. É dentro desta transformação que nasce o SMFS, que em seu 1º congresso, juntamente como o 1º boletim de campanha, apresenta um documento anexado intitulado “Movimento sindical”, que faz uma breve contextualização histórica do movimento sindical no país, além de deixar clara a concepção ideológica que os dirigentes sindicais do ramo metalúrgico de Feira de Santana queriam propor para o SMFS:

[...] Nas disputas das diversas concepções sindicais no movimento sindical, precisamos ressaltar a concepção classista que tem como princípios o combate sistemático ao imperialismo, ao latifúndio, enfim, ao capitalismo. Defende a politização das lutas e um sindicalismo de massas e democrático, onde as diversas correntes de opinião possam se expressar. A defesa intransigente da liberdade e autonomia sindical e uma política de enraizamento dos sindicatos nas bases, buscando sempre a unidade do movimento sindical [...] O sindicalismo Classista, portanto, precisa ser enraizado e difundido no seio da classe operária, tendo em vista que no confronto de classes do dia a dia, enfrentamos as mais diversas concepções sindicais que defendem a colaboração de classes, o corporativismo, o economicismo e os patrões. O Sindicalismo Classista precisa crescer e se fortalecer nas categorias para avançar a luta por transformações profundas rumo a uma sociedade sem exploração [...] A Corrente Sindical Classista defende a organização dos trabalhadores em cada local de trabalho, no fogo da luta, através das comissões por empresa. A sólida organização de base contribui para o avanço da luta dos trabalhadores. Com essa organização, os patrões podem decretar intervenção nos sindicatos, perseguirem dirigentes sindicais, que a luta continua com força suficiente para derrotar os patrões e aumentar o grau de conscientização dos trabalhadores, rumo á vitórias maiores – CSC (Corrente Sindical Classista – BA) [...]. (sic). <sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2009. (p.207).

<sup>15</sup> Documento “Movimento Sindical”, de abril de 1989 da CSC-BA (Corrente Sindical Classista da Bahia) para o SMFS. Este documento estava anexado ao 1º boletim, e traz em seu texto o tipo de sindicalismo que deveria ser feito no SMFS, pelos dirigentes do sindicato, mas em favor da base filiada.

Como podemos, ver a tendência aparente que se colocara como “mão de força” no SMFS fora a Corrente Sindical Classista (CSC), que era capitaneada, nacionalmente, pelo PC do B<sup>16</sup>. A CSC nasce, dentro da CUT, a partir da mudança de posicionamento do PC do B e do PCB, que até 1989 representavam e compactuavam, com o “velho sindicalismo”, ou como Badaró denominou em seu trabalho de “sindicalismo populista do pré- 64”<sup>17</sup>, feito anteriormente pelo CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores).

Segundo Acácio Araújo, presidente da CUT-BA no ano de 1989, em entrevista a Fanny Rubio, do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), os partidos “não aceitavam a criação da CUT, achavam que não era representativa”<sup>18</sup>, o que nos leva a pensar que tanto o PCB como o PC do B praticavam o “peleguismo”<sup>19</sup> sindical, e faziam oposição político – ideológica à Articulação, tendência majoritária da CUT, que continha em seu interior, a maioria partidária do PT (Partido dos Trabalhadores).

---

<sup>16</sup> Sobre a história de formação do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) temos como referências os trabalhos de: CABRERA, José Roberto. *O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo: rupturas e continuidades*. Tese de doutorado em Ciência Política. UNICAMP, São Paulo, 2008 (p.17); FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, Tradição e Organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB*. Dissertação de Mestrado. UFF, Rio de Janeiro, 2008. (p.61-67) e SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, São Paulo, 2000. (p.11). O PC do B, segundo Jean Sales, foi fundado a partir da conferência nacional, presidida em 1962, porém, a cisão interna que deu origem ao partido, dentro do PCB, segundo Faria, se deu no ano anterior, de onde se encontravam divergências internas acerca da redação do programa do partido, além da nomenclatura do Partido, que sendo mudada, poderia trazer mudanças para o aspecto político do partido, o que refletia a preocupação de seus militantes (da antiga ala comunista, como afirma Faria) referente à linha que o partido deveria seguir, em conformação com o PCUS (Partido Comunista da União Soviética). Somente em 1962, segundo Cabrera, é que o PC do B se autodetermina enquanto organização político-partidária, separada do PCB, e intitula-se como fundadora do comunismo brasileiro em 1922, e como pioneira nas primeiras organizações trabalhadoras de esquerda no Brasil. É importante destacar este fator na pesquisa, pois reflete a tradição das práticas políticas do PCdoB, o que traz uma reflexão histórica acerca da sua presença, na CUT nacional, enquanto corrente sindical (CSC), e no SMFS, através da CSC-BA, em 1989.

<sup>17</sup> Ver em: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. (p.58). Badaró utiliza a caracterização feita a partir dos estudos feitos por Francisco Weffort, que delimita esta caracterização do “velho sindicalismo” da seguinte forma: a) A inconsistência organizatória, privilegiando cúpulas oficiais (como a CGT) [...]; b) Falta de sintonia entre as reivindicações políticas mais gerais [...] e as questões mais específicas do mundo do trabalho; c) O poder de mobilização restrito aos trabalhadores de empresas controladas pelo estado e d) O Estado ser tomado como interlocutor privilegiado, e suas instâncias [...] como espaços a serem conquistados.

<sup>18</sup> Ver em: GUIMARÃES, A. S. A.; LORZA, F.; LOPES, F.; KRAYCHETTE, G.; CASTRO N.; FALCON, P. *Repensando Uma Década - A Construção da CUT Na Bahia Nos Anos Oitenta*. SALVADOR: EDUFBA, 1994. (p.52).

<sup>19</sup> Sobre o termo “peleguismo” ver em: TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O Impacto da Ideologia Neoliberal no meio Operário – um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Tese de Doutorado. UNICAMP. SP. 2004. (p.1). Em sua tese, Trópia faz uma explicação sobre o termo, afirmando que isto é um fator que reflete a natureza do sindicalismo oficial, ou seja, o sindicalismo que era feito anteriormente pelo Estado, onde existia uma tendência a compactuação entre sindicato e patronato, além de uma burocratização mais massiva dos órgãos sindicais. Referi-me a este conceito por ser importante na compreensão sobre o tipo de sindicalismo que os partidos PCB e PCdoB eram a favor, por fazerem parte da CGT, uma central estatal, e logo depois em 1989, integrarem-se a CUT.

O PT, segundo Araújo, “queria participação das oposições, e associações. Do outro lado, se juntam o PC do B, o PCB e a pelegada”<sup>20</sup>. A formação de uma CUT estadual na Bahia fora de início complicada pelas divergências entre o PT, que no momento tinha como projeto político a independência de classes frente aos planos da classe burguesa<sup>21</sup>, e que junto com a CUT, negaram o apoio ao que seria, segundo eles, uma convocação com a finalidade de construir uma nova hegemonia burguesa<sup>22</sup> ao não apoiar nenhuma candidatura ao governo estadual em 1988, e os comunistas, que possuíam ligações partidárias com o PMDB e PSB, partidos que possuíam projetos políticos de caráter populista, o que isto, segundo Araújo “acabou sendo o mote para as disputas nos diversos sindicatos”<sup>23</sup>, em 1989.

Na verdade, o PC do B só vem fazer parte da CUT em 1989, em virtude de uma procura por maior espaço representativo nos sindicatos, o que já era uma tradição por parte dos partidos comunistas a hegemonia política nos sindicatos de trabalhadores, e que não queriam perder este controle para o PT, principalmente nos sindicatos dos setores metalúrgicos e petroquímicos. É a partir deste ano que, em Feira de Santana, os metalúrgicos, que possuíam hegemonia de militância política do PC do B, passam a ter o seu sindicato sob a filiação da CUT, apesar das intensas divergências com o Sindicato de Salvador, enfim, com a FETIM-BA, que tinham como tendências hegemônicas a “Articulação Sindical e a Unidade Sindical”<sup>24</sup>.

Vimos que o PC do B era o partido que possuía maior proximidade com a base metalúrgica feirense, além de outros setores, o que nos leva a refletir acerca da proximidade deste partido com as camadas mais influentes da política em Feira de Santana, entre eles do o PMDB<sup>25</sup>.

O tipo de Sindicalismo Classista que o SMFS pretendia realizar, juntamente com as bases operárias de Feira de Santana, provinha do dualismo que o PC do B tinha

<sup>20</sup> Idem. (p.54).

<sup>21</sup> GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. CUT, por dentro e por fora. Petrópolis, Vozes, 1990. (p.7).

<sup>22</sup> SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido. Origens e trajetória do PT de Feira de Santana. (1979 – 2000)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro. 2007. (p.135).

<sup>23</sup> In: GUIMARÃES, A. S. A.; LORZA, F.; LOPES, F.; KRAYCHETTE, G.; CASTRO N.; FALCON, P. *Repensando Uma Década - A Construção da CUT Na Bahia Nos Anos Oitenta*. SALVADOR: EDUFBA, 1994. (p.52).

<sup>24</sup> Sobre as tendências ideológicas da CUT ver: GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis, Vozes, 1990. No capítulo “Os princípios da CUT”, Giannotti e Neto apresentam, além dos princípios sindicais da CUT, as tendências ideológicas que existiam dentro da central, dedicando os subtítulos do capítulo para a explicação e o debate sobre cada tendência. (p.42).

<sup>25</sup> Sobre coligações e proximidades políticas entre o PC do B e o PMDB em Feira de Santana, ver: SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido. Origens e trajetória do PT de Feira de Santana. (1979 – 2000)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro. 2007. No sub-capítulo “Aspectos políticos da História recente de Feira de Santana” (p.45).

dentro da CUT estadual: pregava uma autonomia sindical baseada na luta direta das massas trabalhadoras, ao passo que considerava positivo alguns aspectos do “velho sindicalismo”, como podemos ver no seguinte trecho:

“LIBERDADE SINDICAL: Depois de tanto tempo, os trabalhadores brasileiros conseguiram dar alguns passos em termos de liberdade e autonomia sindical, através da nova constituição, que no geral, é conservadora, mas que tem alguns aspectos positivos. Portanto, nós metalúrgicos de Feira, temos o direito de possuir o nosso próprio sindicato, exercitando a liberdade e a autonomia sindical” (sic) <sup>26</sup>.

Sendo assim, vemos que apesar de uma busca por autonomia e liberdade de associação, mais próxima das bases metalúrgicas de Feira de Santana, o SMFS não desconsiderava elementos ditos “positivos” da Constituição “Cidadã” de 1988, como a manutenção do Imposto Sindical, uma das características semelhantes ao do “Velho Sindicalismo” de Estado. Era desta forma que o PC do B, com a sua “Corrente Sindical Classista” determinavam a sua ação política dentro do SMFS, em 1989, em conjunto como seu apoio dado a Nova República. Uma forma de análise para esta questão do “Novo Sindicalismo”, incorporando características do “Velho Sindicalismo” é a que é feita por Armando Boito Jr., ao afirmar que “o populismo ainda está vivo e penetra, de maneira desigual, amplos setores do movimento sindical brasileiro, apesar de o atual quadro sindical indicar um declínio do sindicalismo populista e o fortalecimento de novas orientações político – ideológicas no interior do movimento sindical”. <sup>27</sup>

Ainda que, mesmo com a filiação à CUT, e com o seu estatuto formulado pelas tendências políticas majoritárias desta central, a partir do seu surgimento, o SMFS e a sua Corrente Sindical Classista ainda possuía características sindicais provenientes do sindicalismo comunista da antiga central CGT, o que determina e denomina o bloco político do PC do B dentro da CUT, nacional e estadual, como sendo “Bloco

<sup>26</sup> Boletim “Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana – Em defesa da união e luta dos trabalhadores, contra os patrões e o governo”, de 04 de dezembro de 1988. Em sua 4ª pauta, que já fora anteriormente citada neste trabalho (p.3), o SMFS explica a liberdade sindical em conformação com a Constituição Federal de 1988, que determinava a autonomia sindical e o seu desatrelamento do estado, no artigo 8º. Esta informação também pode ser encontrada no estatuto do SMFS, de 27 de agosto de 1989.

<sup>27</sup> BOITO JUNIOR, Armando (org.) *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (p.46).



Reformista”, como explica autora Celina Gomes Oliveira, que se representava contrário a um “Bloco Combativo”, ligado à Articulação, onde as tendências “lutam cada qual a sua maneira, por tornarem-se hegemônicas, por constituírem-se em alternativas ideológicas para a classe trabalhadora brasileira, ou pelo menos para nela encontrarem um espaço para a sua ação política”<sup>28</sup>.

A evidência que encontramos na carta do 1º Congresso e no 1º Boletim do SMFS é a de que existiam correntes antagônicas conflitantes, de Salvador e de Feira de Santana, dentro da FETIM-BA, e a fundação de um sindicato metalúrgico em Feira de Santana representava um espaço de poder que os dirigentes sindicais feirenses, ligados ao PC do B, almejavam ter. Nove pautas são distribuídas neste 1º Boletim, e todas elas debatem a preocupação, por parte destes dirigentes, quanto à formação de um sindicato que atenda as reivindicações do trabalhador metalúrgico feirense.

Outro importante documento, importante na compreensão sobre o surgimento do SMFS, e que fora apresentado no seu 1º Congresso, anexado juntamente com o estatuto e o boletim, é o texto de debate do 2º Congresso dos Metalúrgicos de Salvador, que continha discussões sobre a autonomia sindical advinda da constituição de 1988, conjuntura política do fim da década de 80, além da relação entre o movimento sindical e as eleições presidenciais de 1989, que neste momento tinha um representante da classe operária brasileira concorrendo à presidência do país. O SMFS surge no bojo do debate sobre a entrada de um ex-metalúrgico e dirigente sindical cutista, o Luis Inácio “Lula” da Silva nas eleições para presidente, em filiação com o PT, que apresentava em 1989 a coligação partidária “Frente Brasil Popular”<sup>29</sup>, o que veremos nos trechos dos documentos:

[...] O MOVIMENTO SINDICAL E AS ELIÇÕES PRESIDENCIAIS:

A pretexto de solucionar a crise, o governo promove o arrocho salarial,

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Celina Gomes. *A gênese da CUT, oposição sindical e o Novo Sindicalismo na construção da Central*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. 1995. (p.21).

<sup>29</sup> A “Frente Brasil Popular” consistiu em uma coligação partidária entre PT, PSB e PC do B, realizada em 1989, que tinha como planos políticos principais a maior participação política dos trabalhadores e os debates acerca das crises econômicas e sociais do país. Sobre esta coligação ver: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2009. (p.60), e GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores, rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação de Mestrado: UFF, Niterói, RJ, 2000. (p.34 – 35).

enquanto mantém intacto o modelo econômico dependente e concentrador de renda. O pagamento da dívida externa é o principal mecanismo pelo qual as grandes potências imperialistas saqueiam as riquezas nacionais. Anualmente são remetidos para o exterior 18 bilhões de dólares a título de pagamento dos serviços da dívida, [...] no campo predomina o latifúndio, inclusive sob o domínio das maiores multinacionais que atuam no país. O esforço de produção agrícola visa à exportação que gera divisas para o pagamento da dívida externa. Os trabalhadores rurais são vítimas da mais odiosa violência acobertada e incentivada pelo próprio governo. [...] a especulação financeira é política oficial, alimentando a inflação e o aumento da dívida interna, que hoje já ultrapassa a dívida externa. 35% da renda nacional é abocanhada pelos banqueiros. A corrupção domina todas as esferas e instituições de poder constituído. A impunidade para os crimes contra a economia popular tornou-se regra geral e as mordomias são praticadas com o dinheiro público. [...] O BRASIL ENCONTRA-SE NUMA ENCRUZILHADA HISTÓRICA: O país encontra-se num momento decisivo da sua história. Cabe aos trabalhadores buscar a saída para a crise. A participação política torna-se um imperativo para as parcelas mais avançadas do povo. Ao sindicalismo combativo cabe impulsionar a participação das grandes massas trabalhadoras nas principais batalhas políticas. Nesta conjuntura, põe-se com destaque a sucessão presidencial. O resultado das eleições interessa aos trabalhadores, que são as grandes vítimas da crise brasileira. O movimento sindical precisa se posicionar perante as categorias, denunciando de maneira veemente os crimes cometidos pela elite conservadora, entreguista e direitista que governa o país em toda a história da república. Nesta batalha presidencial faz-se necessário discutir com as categorias a alternativa da esquerda e o programa que reflete as reivindicações históricas do movimento sindical. A Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B) apresenta um programa avançado para os problemas vividos pelo país. A discussão, no entanto, precisa ser encaminhada de maneira que se preserve a autonomia das entidades sindicais e o seu caráter a - partidário. Colocar o sindicato a serviço de qualquer candidatura seria grave erro do movimento. Vale ressaltar que isto não isenta o sindicalista de se posicionar enquanto liderança dos trabalhadores e dos cidadãos, participando ativamente da campanha presidencial, lutando pela vitória da candidatura de esquerda apresentada pela Frente Brasil Popular. [...] O sindicato, como órgão de luta de classe operária tem também sérias responsabilidades na difícil luta política do povo brasileiro. Por isso mesmo o sindicato deve fazer todo o esforço possível pra esclarecer e conscientizar os metalúrgicos, condenando todas as candidaturas das classes dominantes. É preciso

denunciar abertamente o caráter demagógico, conservador e falso moralista da candidatura de Fernando Collor de Mello (sic) [...] <sup>30</sup>.

É evidente, nos boletins apresentados pelo SMFS, no ano de sua fundação, a razão pelo qual o seu estabelecimento não se deu numa perspectiva de separação da FETIM-BA, apesar de o sindicato feirense pregar a autonomia sindical, e ter como tendência dirigente pressupostos contrários à tendência da Articulação Sindical, que era responsável pelo SMS, e pela FETIM-BA. Dentro da CUT nacional, e nas CUT's estaduais existiam tendências internas que possuíam ideologias diferentes, mas que tinha como um de seus princípios a “democracia interna nas instancias da central” <sup>31</sup>, apesar das divergências, e isso poderia ser direcionado para os seus sindicatos filiados.

A razão do “desmembramento” efetuado pela base metalúrgica feirense, e que fora o fato decisivo para o surgimento do SMFS, na forma como os mesmos dirigentes afirmam, era a de que o objetivo principal era o estabelecimento do sindicato em proximidade com os trabalhadores metalúrgicos de Feira de Santana, além de criar um sindicato que os aproximasse das bases, com perspectivas classistas, como poderemos perceber em uma das pautas do 1º boletim:

[...] CRIAR SINDICATO DE FEIRA É FORTALECER A LUTA:  
 Algumas pessoas do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador andam falando que a criação do sindicato de feira é divisão. Isto é mentira. Na verdade foi feito apenas o desmembramento da base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador. Desmembramento é uma coisa normal que acontece sempre na vida sindical brasileira, nas mais diversas categorias, a fim de aproximar o sindicato cada vez das bases. Nesses casos de desmembramento, o objetivo sempre é estabelecer o sindicato (com todas as suas prerrogativas e sua autonomia) o mais perto possível dos trabalhadores [...] (sic) <sup>32</sup>.

<sup>30</sup> Texto do 2º Congresso dos Metalúrgicos de Salvador, de 27 de agosto de 1989. Este documento, como fora dito anteriormente, fora anexado aos demais documentos que foram os primeiros folhetos de campanha do SMFS.

<sup>31</sup> Princípio nº 05 da CUT. In: GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis, Vozes, 1990. No capítulo 4, titulado “Os princípios da CUT”. (p.43).

<sup>32</sup> 7º pauta do Boletim “Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana – Em defesa da união e luta dos trabalhadores, contra os patrões e o governo”, de 04 de dezembro de 1988.

O que estava sendo determinado pelos dirigentes sindicais do SMFS, no ano de surgimento do sindicato, eram as razões da autonomia que o próprio sindicato ressaltava nos documentos, além do caráter ideológico que os mesmos queriam propor para o SMFS: o classismo, que representava o 1º princípio do sindicalismo que a CUT nacional pretendia fazer, o que nos leva a analisar que no surgimento do SMFS, o sindicato deveria ter uma filiação de ordem a se pensar em uma política trabalhista nacional, de onde os trabalhadores e as “classes oprimidas” tivessem participação. Na verdade, os dirigentes sindicais de Feira de Santana se apropriam do discurso cutista para o controle de uma base e de uma estrutural sindical de grande importância, centrada no que poderia representar uma “grande quantidade de trabalhadores que poderiam se tornar filiados”, e este era o verdadeiro anseio dos dirigentes de Feira de Santana, na FETIM-BA. A partir da visualização dos trechos destes primeiros documentos de campanha do SMFS perceberemos que os seus fundadores já tinham em mente o tipo de sindicalismo que seria realizado e o tipo de ideologia partidária que iriam seguir.

Outro problema que deve ser colocado em destaque neste trabalho é o de que, entre 1989 e 1992 o SMFS não publicou nenhum boletim impresso. Não foram encontrados documentos que explicassem este motivo, embora como fora analisado esta questão, a não publicação entre estes períodos se deu por motivos de estruturação do SMFS, posto que o sindicato ainda estivesse em processo de desenvolvimento, com poucos filiados, e que o imposto que era cobrado de cada filiado servia para as necessidades mais precisas do sindicato, e o trabalho que era realizado junto ao trabalhador era apenas, durante este tempo, de forma oral.

A partir de abril de 1992, o SMFS lança para os trabalhadores o boletim “O Metalúrgico”<sup>33</sup>, em conformações prescritas com a CUT, que deveriam ter em seu editorial, além de comentários sobre a política nacional, demonstrativos das ações que o SMFS realizava, ou iria realizar. Neste primeiro momento percebemos o tipo de ideologia que o SMFS queria seguir através do seu trabalho sindical, além dos seus documentos iniciais e as razões que deram início à fundação de um sindicato

---

<sup>33</sup> Sobre a história do Boletim “O metalúrgico” ver em: PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Mentes que brilham: Sindicalismo e Práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*. Tese de Doutorado. UNICAMP: São Paulo, 2002. (p.21). Em sua tese, Paranhos faz uma contextualização sobre o surgimento dos primeiros folhetos de campanha sindical no ABC, dando destaque aos boletins “Tribuna Metalúrgica” e “O metalúrgico”. Fica explícito que apenas trabalharemos com o estudo do Boletim “O metalúrgico” e seus elementos ideológicos, desde as suas origens, pensando a situação local a partir da situação nacional.

metalúrgico em Feira de Santana, que se conformasse à realidade dos trabalhadores locais.

O SMFS, entre 1988 e 2003 não apresenta uma linearidade nas impressões dos boletins, que por vezes se apresenta mensalmente, ou até mesmo trienalmente, e este fator se deve a contribuição sindical dos filiados, que era o sustentáculo para a campanha que era realizada nos boletins, e fazia parte das práticas da CSC, conseqüentemente do PC do B, dentro do sindicato, através de seus dirigentes sindicais.

É claro que a problemática quanto a não temporalidade linear de impressão dos boletins não será deixada de lado, posto que isto também faça parte do discurso do SMFS, e também representa uma parte da discussão sobre as ações sindicais do SMFS, mas o objetivo principal dos demais capítulos será o de entender as transformações que ocorreram no discurso do SMFS, que já nasce dentro de contradições, não só dele, mas da CUT, central sindical da qual o SMFS faz parte. A análise será feita a partir do discurso proferido por estes boletins, e são os datados entre 1992 e 1995 os elementos de construção do 2º capítulo deste trabalho.

## **CAPÍTULO 2: “ÓTIMO PARA OS TRABALHADORES, PÉSSIMO PARA OS PATRÕES” – O DISCURSO DO SMFS NOS BOLETINS ENTRE OS ANOS DE 1992 E 1995.**

[...] Pois a melhor arma do trabalhador é a organização dentro da empresa, porque no futuro você pode ser uma vítima das notas promissórias. Você trabalhou, tem que receber. LUTE. (Boletim “O metalúrgico” de maio de 1992).

Espaços representativos dos trabalhadores, como o SMFS, deveriam possuir um equipamento de campanha que fizesse jus a uma aproximação com o seu objeto mais importante: o próprio trabalhador. Esta questão representou um problema dentro deste sindicato, e até mesmo no espaço industrial feirense, e neste primeiro momento, o SMFS ainda não havia exposto seu próprio material de campanha, para a veiculação das suas idéias e das suas ações, que neste caso era o boletim informativo, nomeado de “O metalúrgico”, sob inspiração do documento que fora impresso em São Bernardo do Campo, em São Paulo, e que viera a ser impresso, sob orientações incisivas da CUT nacional, a partir de abril de 1992, dentro do SMFS.

O boletim “O metalúrgico”, possuindo um contexto histórico, além de um arcabouço ideológico definido por intenções políticas, vem a surgir, com esta denominação, nos meios sindicais antes mesmo da fundação da CUT, em 1983. Kátia Paranhos, ao descrever as práticas culturais e as ações dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, espaço de onde foi proveniente toda a idéia do “Novo Sindicalismo”, afirma que “Em agosto de 1965 aparece “O metalúrgico”, periódico que precedeu efemeramente a Tribuna Metalúrgica (jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo), trazendo entre outras matérias o destaque para a legislação trabalhista [...] a redução das horas de trabalho [...]”<sup>34</sup>, de onde o boletim deveria ser um jornal mensal, de distribuição para o trabalhador, em porta de fábrica, voltado para a informação e a conscientização deste trabalhador sobre as ações do sindicato, sobre a política de salários, e para uma discussão sobre as condições políticas do país. O boletim vem a aparecer no país num momento anterior ao AI – 5 (Ato Institucional nº 05, através do regime de governo instituído pela Ditadura Militar do General Arthur Costa e Silva), em São Paulo, como forma de veiculação das

---

<sup>34</sup> In: PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Mentes que brilham: Sindicalismo e Práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*. Tese de Doutorado. UNICAMP: São Paulo, 2002. (p.21-22).

atividades do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e é no contexto deste ato, determinado pelo governo do país, e publicado em 13 de dezembro de 1968, que é vetada a sua publicação oficial, sendo feita *a posteriori*, clandestinamente nos meios operários do estado de São Paulo, e somente a partir de 1971, é que passa a se chamar “Tribuna Metalúrgica”, tendo como clandestina a sua distribuição por entre os operários.

Não havia um boletim oficial do SMFS, entre o seu período de surgimento. O nome “O metalúrgico” só vem a ser colocado como folhetim do SMFS a partir de 1992, como fora dito anteriormente no primeiro capítulo deste trabalho, e visava à disseminação das idéias da diretoria delegada do sindicato, sendo a sua principal função, a de ser um jornal que trouxesse idéias e discussão ao trabalhador. Sobre a função da imprensa operária, Paranhos explica que:

[...] muitos jornais desempenhavam papel relevante, especialmente como elementos de conscientização, de onde, é interessante destacar a imprensa sindical não só como instrumento de leitura, de informação, de agitação e de mobilização, pois na medida em que reflete as preocupações, analisa experiências, aponta soluções para a coletividade, atua como formadora da consciência sindical e de classe, e instrumento de organização da categoria <sup>35</sup>

Estes eram os principais objetivos que o SMFS queria sobre os trabalhadores feirenses através da distribuição dos seus folhetos de campanha.

A intenção na retomada da História do boletim “O metalúrgico”, em escala nacional, se refere ao pensamento sobre a disseminação deste documento nos meios metalúrgicos de Feira de Santana, como uma prática sindical voltada para uma maior aproximação com as bases, situadas num espaço menor, mas que possui importância estratégica e política, além de situar a proposta de trabalho do SMFS, através de um de seus elementos, posto que, em se pensar na presença de uma “Imprensa Operária” no Brasil, ela fora existente desde as suas primeiras associações no início do século XX, caminhou entre o oficial e o clandestino no período que compreende ao Regime de Ditadura Militar (1964-1985), e está presente por entre os meios operários até os tempos

---

<sup>35</sup> Idem. (p.27-28).

atuais. O que na verdade vem a acontecer é que o SMFS vem se apropriar de uma denominação já existente de boletim informativo sindical, ou seja, o nome “O Metalúrgico” trazia consigo não tão somente uma forma de como o boletim deveria ser posto para os trabalhadores, mas também espelhava o caráter, a ideologia “de classe” que o SMFS queria propor aos mesmos. A denominação “O Metalúrgico” foi recebida como uma incorporação, de forma mais prática, das idéias da CUT nacional, pelo SMFS, para os trabalhadores metalúrgicos de Feira de Santana.

Acerca das interrupções de publicação dos boletins, desde o surgimento do SMFS, até o 1º boletim “O Metalúrgico” de abril de 1992, pode-se dizer que motivos econômicos do SMFS foram à tônica deste problema. O SMFS, no período que compreende entre 1988 e 1992 passava por processo de estruturação física, e por motivos políticos, enfrentava uma oposição ferrenha entre correntes sindicais, apesar da filiação com a FETIM – BA, como fora dito anteriormente na primeira parte deste trabalho. A falta de dinheiro para uma estruturação inicial mais concisa com os anseios dos trabalhadores, a separação política entre base sindical feirense e a federação metalúrgica do Estado, conseqüências que geraram a cisão com a FETIM e a montagem de um sindicato metalúrgico ainda precoce em Feira de Santana, foram às responsáveis pela pausa entre as publicações do boletim “O Metalúrgico”, entre os anos de 1988 e 1992.

## **2.1 “A Campanha Salarial de 1992 e 1993 dentro do Boletim O Metalúrgico”**

No boletim “O metalúrgico”, de abril de 1992, intitulado “Sindicato divulga balanço financeiro”, como fora dito anteriormente, são apresentadas algumas razões relativas ao estabelecimento do sindicato na cidade de Feira de Santana, além de espelhar as condições financeiras da entidade, no mês da publicação, de onde partem preocupações, por parte da diretoria vigente em elaborar um relatório da situação financeira da entidade, que fosse superior ao que é determinado em seu estatuto, nos artigos 33 e 34, que afirmam que:

[...] Artigo 33º - Compete ao Departamento financeiro: a) Organizar a tesouraria e a contabilidade do sindicato; b) Propor e coordenar a elaboração e a execução do plano orçamentário anual, bem como as suas alterações a



serem aprovadas pela diretoria colegiada e submetidas à Assembléia Geral Ordinária; c) Elaborar relatório da situação financeira do sindicato, e apresentar trimestralmente a diretoria colegiada [...]

Artigo 34º - Compete ao departamento de informação: [...] coletar, sistematizar e processar dados de interesses da categoria, elaborando análises sobre empresas ou segmentos da categoria e sobre a situação sócio – econômica da categoria.<sup>36</sup>

Processar dados da categoria, e elaborar as ações sobre a massa trabalhadora eram os principais anseios do SMFS, sobretudo para a corrente ideológica interna, que pregava o classismo, como forma política, dentro do sindicato. Deixar transparecer as ações significava ter a legalidade política interna da corrente ideológica que hegemonizava o órgão sindical, para utilizar a melhor forma do termo gramsciano, sobretudo se o sindicato possuísse um estatuto legal, que determinasse estas ações. Nada mais claro em se perceber que, para o sindicato ser reconhecido pelo Estado, é necessário que o mesmo tenha um documento que traga a tona as suas obrigações para com o trabalhador, além de direito e deveres do mesmo, o que nos leva a pensar sobre a contradição do discurso classista do SMFS: um sindicato com “ares” de autônoma, e liberta das amarras do sindicalismo estatal, porém com a utilização de meios ainda provenientes do velho sindicalismo, para o seu reconhecimento enquanto sindicato representativo.

Percebemos que, dentro do boletim, através destes trechos, é exprimida uma necessidade que o sindicato deve ter em relação a uma melhor visualização de suas atividades pelo trabalhador, ou seja, a entidade deve ter uma regulamentação que dê amparo à transparência nos gastos e em suas ações, o que demonstra algumas características do assistencialismo e da luta que os sindicatos filiados a CUT ainda possuíam na década de 1990, entre as quais, prevalecia à manutenção de uma “taxa de associação”, determinada pelos sindicalizados, que deveria ser aumentada, para o sustento físico da entidade, ou até mesmo vantagens e melhores condições para o trabalhador, como assistências médicas, odontológicas, e principalmente salariais:

---

<sup>36</sup> Estatuto do Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana, de 27 de agosto de 1989. (p.9).

[...] não dá para tapar o sol com a peneira. Ou topávamos algumas medidas para enfrentar a situação financeira da nossa entidade, ou ficaríamos com os pés e mãos atadas. Por esse motivo, convocamos a categoria para resolver o problema, que decidiu em Assembléia Geral, aumentar para 2% a taxa mensal de associação. Não existe outra alternativa. Ou os metalúrgicos assumem a sustentação do sindicato, ou ficaremos sem condições para resistir ao patronato.<sup>37</sup> (sic).

“Sem condições para resistir ao patronato”. Esta é a frase que reflete de maneira nítida a situação por qual passava os trabalhadores metalúrgicos de Feira de Santana e do Brasil, a situação do sindicalismo da década de 1990, com as transformações políticas e industriais da nação, e principalmente as condições que direcionaram o SMFS a fazer seis campanhas salariais, entre os anos de 1992 e 1993. A apresentação destas campanhas pode sem dúvida espelhar a condição que se encontrava os salários no país, e a instabilidade política, advinda de governos anteriores. Segundo Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho, “Todo o movimento sindical brasileiro, durante a década de 1990 sofreu os resultados da abertura comercial e do processo de reestruturação econômica que atingiu diversos setores produtivos”<sup>38</sup>, ou seja, o movimento sindical passou por mudanças (resultantes das políticas neoliberais deste período) que levaram a transformação do discurso sindical de inúmeras centrais, inclusive a CUT.

Se, segundo Andréia Galvão [...] A CUT constituiu-se a partir dos sindicatos oficiais, assumindo a perspectiva de transformá-los por dentro da estrutura [...] <sup>39</sup>, a manutenção de cobrança da taxa sindical obrigatória (que segundo as práticas do novo sindicalismo, deveria ser direcionada para a luta, sob observação dos sindicalizados), mas que dentro do SMFS é utilizado para custear planos assistenciais, não representa

---

<sup>37</sup> Boletim informativo “O metalúrgico” de abril de 1992.

<sup>38</sup> In: RAMALHO, José Ricardo (org.), SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro: A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (p.28). No artigo “Tradição Sindical e as mudanças econômicas dos anos de 1990”, Ramalho e Santana fazem uma discussão sobre as transformações ocorridas nos espaços sindicais, resultante da reestruturação produtiva, advinda com as políticas neoliberais, na época citada. Este trecho é importante para o trabalho de pesquisa, pois se refere ao contexto de surgimento do SMFS, e pode traduzir a forma como se davam as práticas internas dentro do sindicato. As ações nacionais podem ser refletidas no espaço local.

<sup>39</sup> In: GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma Trabalhista no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP, São Paulo, 2003. (p.141).

mudanças, mas sim continuidades, nas práticas assistenciais de um sindicalismo ligado ao Estado, por uma antiga central (CGT), da qual o PC do B, e sua corrente sindical faziam parte.

Em 1989 o PC do B filia-se a CUT, mas traz consigo práticas anteriores de sindicalismo, como o não o que demonstra esta ambigüidade, pois dentro da CUT, neste momento, o discurso que era feito era de transformação não tão somente do sindicalismo, e das formas de trabalho e melhorias de vida para o trabalhador, mas sim o discurso era baseado numa transformação política da sociedade brasileira, e o PC do B, a partir do momento que se torna filiado da CUT, compactua desta idéia, mas ainda mantém práticas que foram trazidas da sua antiga central sindical, o que demonstra como se encontrava o campo político da CUT, neste momento, um campo multifacetado por tendências de esquerda que possuíam divergências de opiniões, e que tentavam, uma por uma, conseguir mais hegemonia dentro da central sindical.

“A luta precisa de dinheiro”, elemento essencial de sustentação de atividades, sejam elas sindicais ou não, seja desde a uma atividade administrativa, ou a impressão de um folheto de evocação de campanha política. Se a categoria deveria estar ciente das ações do SMFS, a contribuição sindical era necessária, para a manutenção geral, que incluía a impressão de seus panfletos, o que responde a questão quanto à falta de linearidade temporal das campanhas, e o surgimento de um boletim melhor estruturado em abril de 1992.

É em 1992 que o SMFS começa a apresentar em seus boletins uma das formas de demonstração e conscientização da classe trabalhadora: o acompanhamento das mudanças salariais a partir de campanhas. Em maio de 1992, o boletim “O metalúrgico” através da manchete intitulada “Acordo Supera a Lei Salarial do Governo”, apresenta comentários acerca da flexibilização das leis trabalhistas e a conseqüente lei salarial do Governo Collor, implementada no começo de 1992:

[...] Companheiros, apesar das grandes dificuldades encontradas nas negociações com o sindicato patronal, os trabalhadores aprovaram em Assembléia Geral, unanimemente, esta proposta de acordo, onde todas as faixas salariais recuperavam as suas perdas acumuladas de maio de 1991 a 30 de abril de 1992[...] <sup>40</sup> (sic).

---

<sup>40</sup> 1º Boletim informativo “O Metalúrgico”, de maio de 1992. (p.1).

As dificuldades encontradas pelos trabalhadores na década de 1990, no Brasil, sobretudo em Feira de Santana, eram referentes à política salarial imposta pelo Governo Collor, sob imposições do patronato nacional, e as modificações profundas na economia brasileira colocadas à força por estas imposições, que segundo Fabiana Scoleso “eram grandes motivações das paralisações nessa época. As taxas crescentes de inflação, políticas públicas de controle da inflação baseadas no congelamento de preços e contenção de salários foram os aspectos que estimulavam os sindicatos e as centrais na realização de protestos que não só permeavam as esferas econômicas, mas também tinham um conteúdo político bem arraigado em seu contexto”<sup>41</sup>.

Desta forma, a maneira como o SMFS, nas campanhas salariais de 1992 e 1993, tinha como fundamentos, além da conscientização do trabalhador, a sua politização, cada vez mais incrustada pelo “caráter de classe”. As maneiras como o SMFS “ensinavam” o trabalhador metalúrgico feirense a calcular o seu salário, através dos reajustes, definiam bem, como considerava a diretoria delegada, as práticas e o tipo de sindicalismo baseado na transparência política que deveria existir dentro do SMFS:

[...] Como fica o seu salário em maio de 1992? Aprenda: a faixa salarial, que recebeu em setembro de 1991, 51%, em novembro de 1991, 23%, em janeiro de 1992, 83%, e em março, 29,50% de antecipação, necessita receber em 1º de maio de 1992, 83,22% [...] <sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> In: SCOLESO, Fabiana. *Reestruturação Produtiva e Sindicalismo Metalúrgico do ABC paulista: as misérias da Era Neoliberal na década de 1990*. Tese de doutorado em História Social. PUC, São Paulo, 2009. (p.169). No subcapítulo “A década dos Fernandes: Neoliberalismo e Sindicalismo de Collor a FHC”, Scoleso faz uma caracterização breve das políticas dos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, e a conseqüente recepção destas políticas pelos sindicatos, e das centrais, sobre estes governos, de onde a autora situa o neoliberalismo, como plano político econômico entre os períodos de 1989 e 2002, e as greves e paralisações nacionais deste período como resultado da opressão e da “pressão” que estes governos fizeram sobre as classes trabalhadoras.

<sup>42</sup> Os dados demonstrados no 1º boletim “O Metalúrgico” de maio de 1992, foram baseados no cálculo do piso salarial da categoria (em cifras de Cr\$ 300.000 mensais) no período em que fora impresso este boletim. Convertendo em valores atuais, em Real (R\$), o salário do trabalhador metalúrgico chegava a aproximadamente R\$ 110,00. A conversão monetária foi feita através da Tabela de Conversão para Unidade Vigente (TCUV), elaborada pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pode ser encontrada no site da internet: [www.ideme.pb.gov.br](http://www.ideme.pb.gov.br), com base no Diário Oficial da União (DOU).

Paralelamente a preocupação acerca dos salários dos trabalhadores da categoria metalúrgica feirense, estava também a preocupação quanto à taxa assistencial de manutenção do sindicato:

[...] É por essas dificuldades que o nosso sindicato, em todas as negociações, pede para que os companheiros contribuam com a taxa assistencial, da seguinte forma: para quem é sindicalizado, contribuir com 0,5% em junho de 1992, e 0,5% em julho de 1992, e para aqueles que não são sindicalizados, contribuir com 1,5% em junho de 1992, e 1,5 %, em julho de 1992.<sup>43</sup>

O interessante a destacar é que, na mesma coluna em que são destacados os dados sobre a taxa assistencial do SMFS, também é feito um comentário sobre a política do Governo Collor, e seu posicionamento diante do movimento sindical do país:

[...] O arrocho salarial e o desemprego tomam conta do Brasil, jogam a população na miséria, e nos colocam numa “sinuca de bico”. Ou fortalecemos as entidades sindicais, colocando-as a altura para a batalha contra o governo, ou não conseguiremos sobreviver com dignidade. O Presidente Collor sabe que, entre seus principais opositores, está o movimento sindical. Não foi a toa que ele enviou um projeto para o Congresso Nacional, tirando os poderes dos Sindicatos na mesa de negociação com os patrões [...] e outro acabando com a unicidade sindical. A pretensão dele é arrebentar a resistência dos trabalhadores. A nossa proposta não pode ser outra, só com sindicatos fortes, poderemos enfrentar os patrões e os governo [...]<sup>44</sup>

Esta preocupação que os sindicalistas do SMFS citavam no boletim de maio de 1992, já representava um problema anterior dentro do sindicalismo brasileiro na década de 90. Com os planos de criar um estado democrático, feitos pelo Governo Collor, vieram oposições abertas com o movimento sindical. O sindicalismo da década de 1990 assimilou características do sindicalismo do final da década de 70, como unicidade e

---

<sup>43</sup> 1º Boletim “O Metalúrgico” de maio de 1992, coluna “Taxa Assistencial” (p.2).

<sup>44</sup> Idem. (p.2).

autonomia<sup>45</sup>, porém estava acobertada pela crise estrutural, seguida pela crise ideológica, dentro da CUT, e este problema era, incontinenti, transmitido para os seus sindicatos filiados.

As transformações do sindicalismo da CUT, frente à política de Fernando Collor de Mello, segundo Andréia Galvão, “se revelam não somente pela adoção de uma postura mais pragmática e propositiva, mas também pela progressiva perda de capacidade da central e dos sindicatos a ela filiados, em promover ações de massa que unificassem amplos segmentos de trabalhadores”<sup>46</sup>.

Retomando as considerações sobre os conflitos entre sindicatos e Governo Collor, no boletim de maio de 1992, podemos dizer que representa uma forma de contestação política, resultante das transformações feitas por este governo. O ato de o governo tirar os poderes do sindicato da mesa de negociação com os patrões representava uma destas transformações, que acirravam ainda mais os conflitos. Ao citar o sindicato do ABC paulista, Galvão explica que “no ano de 1990, o sindicato procurou enfrentar a aceleração inflacionária, que se evidenciavam desde o final do ano anterior, não mediante uma luta unificada, mas via acordos por empresa. Contudo a estratégia adotada pelo sindicato foi anulada pelo plano de estabilização econômica implementado pelo recém empossado presidente Collor”<sup>47</sup>, e esta citação pode espelhar o que acontecera com os demais sindicatos do país, inclusive com o SMFS, em pleno contexto de crise do sindicalismo, na década de 1990, que foi marcada, segundo Fayra da Costa Batista, “por uma intensa metamorfose nas estratégias do movimento sindical, causada, particularmente, pelas mudanças na economia e no mercado de trabalho”<sup>48</sup>.

O governo Collor, de maneira bem medida e bem estudada por seus idealizadores, com a sua política de “tentativa acirrada” para conter a crise econômica por qual o país passava, empurrou o movimento sindical para um abismo de onde nem mesmo a

---

<sup>45</sup> Os conceitos de “unicidade” e “autonomia” sindicais referem-se à criação de um sindicato único, contra a formação de sindicatos representativos relacionados a um mesmo ramo de trabalho, num determinado espaço importante (o plurissindicalismo da OIT, como o SMFS chamou em seu 1º boletim). Já sobre a autonomia sindical, podemos utilizar o conceito de: SANTIAGO, Rodrigo Abagge. *A Reforma Sindical e a Convenção 87*. Dissertação de Mestrado. PUC-PR, Paraná, 2007, que explica, utilizando o artigo 3º da Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do trabalho) que “a autonomia sindical, de ordem administrativa, expressa na liberdade de criar sindicatos, de se organizar, de funcionar livremente e de constituir entidade de nível superior [...] elaborar os seus estatutos e regulamentos administrativos, eleger seus representantes, organizar a sua gestão e sua atividade e formular o seu programa de ação” (p.136)

<sup>46</sup> In: GALVÃO, Andréia. “*A trajetória do Novo Sindicalismo Metalúrgico*”, in: RODRIGUES Iram Jácome. *O Novo Sindicalismo, vinte anos depois*. Editora Vozes: São Paulo, 1999. (p.118).

<sup>47</sup> Idem. (p.118).

<sup>48</sup> In: BATISTA, Fayra da Costa. *A CUT e a política de formação profissional na década de 1990*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFF, Rio de Janeiro, 2007. (p.94).

negociação entre patrão e trabalhador metalúrgico era bem vista, e na cidade de Feira de Santana, não seria diferente.

Havendo seis campanhas salariais entre os anos de 1992 e 1993, todas elas foram voltadas para o questionamento da política nacional, e questionamento quanto às transformações que desembocaram na crise do movimento sindical na década de 1990, com estabelecimento das políticas neoliberais no país. Como afirma Patrícia Vieira Trópia, “A política neoliberal suscita reações muito heterogêneas das classes e frações de classes em presença no processo político [...] ela desencadeia alianças, impõe recuos, realiza interesses que não podem satisfazer ao conjunto das classes dominantes, na medida em que ao garantir interesses imediatos de uma fração, frustra interesses de outras”<sup>49</sup>.

Se o sistema político do Governo Collor tinha como arcabouço o neoliberalismo, e transformava o espaço de trabalho e o salário o trabalhador, nada mais apropriado em dizer que o SMFS, através do discurso de classe, utilizava o boletim “O Metalúrgico” em sua campanha de inserção de consciência e contestação de política que “ferissem” o caráter de classe que a mesma tentava estabelecer nos meios operários feirenses. O interesse não era tão somente a crítica política, mas também era a conscientização do trabalhador, o que dava ao boletim um caráter mais prático das atividades da tendência que a hegemonizava, neste caso a CSC, conseqüentemente, a política do PC do B.

Com a quebra da negociação entre trabalhador e patronato, estabelecida pelos planos do Governo Collor, as situações das atividades sindicais no país entram em declínio, gerando descontentamento nas bases operárias, dando uma melhor condição ao sindicato patronal, sobretudo em Feira de Santana, como podemos ver no seguinte trecho:

[...] Os trabalhadores estão cada vez numa situação difícil, porque cada dia que passa os produtos tem novos preços, e os salários estão cada vez mais baixos com a política do Governo Collorido. Pois como é de conhecimento do sindicato, os funcionários estão recebendo salários iguais à criança aprendendo a comer, de colher em colher. Sem falar na situação dos companheiros demitidos, que além de serem jogados na amargura do

---

<sup>49</sup> In: TRÒPIA, Patrícia Vieira. *O Impacto da Ideologia Neoliberal no meio Operário, um estudo de caso sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP, São Paulo, 2004. (p.102).

desemprego, estão recebendo os seus tempos de serviço em notas promissórias [...] (sic)<sup>50</sup>.

Fatores como o desemprego, baixos salários da categoria metalúrgica, reestruturação produtiva das empresas, inexistência de acordos sindicais e a taxa sindical de assistência são os pontos mais discutidos nos boletins do SMFS entre 1992 e 1993, o que traduz que o movimento sindical deveria montar estratégias para conter, ou se possível, amenizar estes problemas.

Além do problema da crise sindical na década de 1990, outro fator pode ser determinante para esta debilitação nos movimentos sindicais da época: contradições e divergências dentro da CUT, acerca das estratégias para a contenção desta crise, como podemos ver na opinião de Rodrigo Dias Teixeira, que afirma que “A eclosão de tantas divergências dividiu o congresso (o IV Congresso da CUT, realizado em 1991) em dois blocos fundamentais: de um lado, a “Articulação Sindical”, em aliança com a “Nova Esquerda” e a “Vertente Socialista”, e a “Unidade Sindical”, e do outro lado, as outras tendências, como o “CUT pela Base”, Corrente Sindical Classista (CSC), Convergência Socialista (CS), Força Socialista (FS), e outros pequenos grupos [...]”<sup>51</sup>.

Se o sindicalismo neste período apresentava-se em crises, tanto externas quanto internas, a melhor solução para que os trabalhos dos sindicatos dessem certo seria a melhor veiculação de sua campanha, que deveria ser presencial, em porta de fábrica, visando um melhor contato com o trabalhador, e também deveria ser em forma de boletim impresso, que o trabalhador pudesse ler no momento de descanso, nos intervalos do trabalho. Além da tentativa de conscientização do trabalhador feirense por parte dos boletins do SMFS, através da campanha salarial e das formas educativas de ensino do cálculo do salário, o SMFS, através de suas colunas nos boletins, também trazia em sua estrutura, outras formas de campanha e conscientização, de onde o salário não era apenas o ponto de pauta, mas também o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço):

---

<sup>50</sup> 2º Boletim “O Metalúrgico” de maio de 1992 – edição finanças. (p.2).

<sup>51</sup> In: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2009. (p.72).



[...] O que é o FGTS? : O fundo de garantia por tempo de serviço é constituído pela contribuição de 8% do total da Remuneração que o patrão é obrigado a pagar e depositar mensalmente em uma conta bancária, vinculada a cada trabalhador. Quando e com que objetivos foi criado o FGTS? (do ponto de vista político): foi criado em 1966, com os objetivos político-econômicos de justificar o fim da estabilidade no emprego e reduzir, substancialmente, o valor das multas indenizatórias nas rescisões dos contratos de trabalho, visando à rotatividade e o barateamento da mão de obra assalariada, ou seja, foi criado para permitir o arrocho salarial [...] (sic)

<sup>52</sup>

Logo após, o boletim apresenta, contraditoriamente, na sua coluna, uma defesa quanto ao FGTS, e a melhor fiscalização deste direito, pelo trabalhador, em tom de crítica:

[...] na prática, no conceito geral dos trabalhadores, o FGTS sempre cumpriu uma terceira finalidade: a de salário-desemprego, que o desempregado utiliza para sobreviver alguns meses mais, e que constitui a razão principal de sua defesa [...] se a situação é esta, porque defender o FGTS? : já que pagamos caro, e continuamos a pagar esta conta ao longo de mais de vinte anos, não podemos abrir mão desse patrimônio. Temos que exigir o retorno do nosso investimento dos patrões e do governo na forma de moradia digna para todos os brasileiros, saneamento básico e infra-estrutura decentes, remuneração adequada do dinheiro depositado no FGTS e a redução dos custos que incidem sobre a sua administração, e controle social pelos trabalhadores, e transparência cristalina na administração destes recursos. (sic) <sup>53</sup>

Os trechos acima exprimem bem as práticas do sindicalismo feito pelo SMFS, além das contradições existentes no seu discurso, relacionados à presença, ao mesmo tempo, de um programa partidário revolucionário, e da conciliação com partidos ligados a classe burguesa, como o PMDB. É neste ponto que é mostrado a ambigüidade deste partido.

---

<sup>52</sup> 2º Boletim “O Metalúrgico” de maio de 1992 – edição finanças. (p.2).

<sup>53</sup> Idem. (p.2).

Notamos que, mesmo fazendo uma crítica ao FGTS, como sendo um “salário-desemprego”, que fora criado para “permitir o arrocho salarial”, o sindicato faz uma defesa acerca da fiscalização deste direito trabalhista como sendo “patrimônio” dado pelo Estado como consequência das lutas, demonstrando bem o tipo de atividade sindical realizado pelo SMFS, que no ápice das contradições discursivas “crítica e defende, ao mesmo tempo, o direito do trabalhador ao FGTS”, em seu boletim, expondo na verdade as condições em que se encontravam o movimento sindical no período da década de 90, com as políticas neoliberais: a perda de direitos já conquistados, entre eles o FGTS.

Se, dentro do caráter de classe que o SMFS queria pregar, que surgiu no bojo do “Novo Sindicalismo”, tinha segundo Giannotti e Neto, defesa “a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos, combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos de governo que sacrificam os interesses dos trabalhadores”<sup>54</sup>, e que fazia parte dos princípios de fundação, e de desenvolvimento das ações da CUT nacional, a defesa de um elemento de direito do trabalhador (o FGTS) passou a demonstrar que a CUT, neste período, não possuía nenhum plano de ação que superasse os direitos já existentes (como um plano de estabilidade para o trabalhador), e que defendendo o FGTS seriam uma forma de combate as políticas neoliberais que se faziam presentes, e que transformavam de maneira rápida os direitos trabalhistas, em conformação com seus anseios. Como explica Maya Damasceno Valeriano:

[...] é importante avaliar que historicamente o setor industrial foi o que maiores conquistas no campo dos direitos do trabalho alcançaram logo a sua desestruturação tem consequências significativas para toda a classe trabalhadora, com uma perda generalizada desses direitos. A precarização das relações de trabalho no Brasil e o consequente desmonte dos direitos dos trabalhadores como consequência da política neoliberal levada adiante pelo Estado brasileiro está em conformidade com uma agenda política global de rechaço a classe trabalhadora.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> In: GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT*. Editora Página Aberta, São Paulo, 1993. (p.26).

<sup>55</sup> In: VALERIANO, Maya Damasceno. *O processo de precarização das Relações de Trabalho e a Legislação Trabalhista: O Fim da Estabilidade no Emprego e o FGTS*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2008. (p. 4-5)

Neste caso, percebemos a dualidade que era apresentada nos boletins, acerca do discurso do sindicato, o que reflete decisivamente a que política o SMFS queria seguir, uma política feita pela CSC-BA, que destacava um “radicalismo”, propondo um “controle social do FGTS, pelos trabalhadores”, e ao mesmo tempo prega um “retorno do investimento, de onde o trabalhador não deve abrir mão deste patrimônio”, que é dado ao trabalhador, através do Estado, ou seja, o discurso da CUT, dentro do SMFS não propõe uma transformação mais radical e socialista do Estado, mas sim pretende manter também certos direitos que os Estado instituiu aos trabalhadores brasileiros. Há um “discurso dentro de outro discurso”, que o partido PCdoB, através de sua corrente sindical, pretendia fazer, a formulação de um programa político dito revolucionário, ao passo de que faz conciliações com partidos de hegemonia burguesa.

Além da campanha salarial, o boletim “O Metalúrgico”, também mantinha em seu projeto, encabeçado pela corrente ideológica que hegemonizava o SMFS (a CSC-BA), formas de campanha política e de conscientização do trabalhador, dentro do que se refere o “salário” e o “voto”, o que demonstra que o sindicato, além de discutir a situação do trabalhador, ainda fazia uma análise política dos trabalhadores, em tempos de crise política, e era de política que era feita a escrita, o letramento e o pensamento desenvolvidor das colunas dos boletins do SMFS, política esta feita pelo PC do B, que dizia possuir um programa revolucionário, mas que ao mesmo tempo mantinha conciliação com a CGT, disfarçada dentro da corrente dominante, a Corrente Sindical Classista da Bahia (CSC-BA).

O Boletim “O Metalúrgico”, de setembro de 1992, dentre os boletins que faziam parte das campanhas salariais entre 1992 e 1993, é o que apresenta melhor as coligações e o apoio político do SMFS aos partidos que tinham em sua estrutura o domínio hegemônico da burguesia política, e aos partidos políticos que tivessem aproximação com o sindicato, como o PT, que possuía a tendência dominante da FETIM-BA. No período da impressão deste boletim, por ter sido próximo às eleições municipais e estaduais, as oposições existentes dentro da federação e do próprio SMFS, convergem para um motivo maior: a separação entre classe patronal e classe trabalhadora, definindo o seu poder, dando a este mesmo trabalhador a consciência para pensar acerca do seu objeto mais importante, o voto, como está colocado na coluna do boletim, sobre as eleições de 1992:

[...] estamos em período eleitoral, muitos desses que votavam contra os trabalhadores. Na hora da eleição pedem o seu voto. Conheça agora os nomes dos traidores, e nunca mais vote neles [...].<sup>56</sup>

Logo após, o SMFS, no uso do boletim, descreve a lista dos candidatos que “votaram a favor dos trabalhadores” e dos que “votaram contra o Reajuste Salarial”:

[...] que é quem no congresso – Votaram a favor dos trabalhadores: Alcides Modesto (PT); Beraldo Boaventura (PDT); Geddel Vieira Lima (PMDB); Genebaldo Correia (PMDB); Haroldo Lima (PC do B); Jabes Ribeiro (PSDB); Jacques Wagner (PT); João Almeida (PMDB); Juthay Junior (PSDB); Nestor Duarte (PMDB); Pedro Irújo (PRN); Sérgio Gaudenzi (PDT); Uldurico Pinto (PSB) e Waldir Pires (PDT) – Votaram contra o reajuste: Manoel Castro (PFL); Ângelo Magalhães (PFL); Eraldo Tinoco (PFL); Felix Mendonça (PTB); Jairo Azzi (PDC); Jairo Carneiro (PDC); João Carlos Bacelar (PMDB); Jonival Lucas (PDC); Jorge Khury (PFL); José Carlos Aleluia (PFL); José Falcão (PFL); José Lourenço (PDS); Leur Lomanto (PFL); Luiz Moreira (PTB); Luis Viana Neto (sem partido); Ribeiro Tavares (PFL); e Sérgio Tourinho Dantas (PFL) [...].<sup>57</sup>

Notamos, na lista de políticos apresentada no boletim, a preferência política do SMFS, por partidos que apresentavam a sigla, e os projetos políticos em conformação com os ideais partidários do PC do B, e de seus aliados, em oposição às siglas partidárias contrárias, e que traziam em seu projeto, o plano político neoliberal que estava vigente no ano de 1992, como o PFL (Partido da Frente Liberal). O que na verdade, estava acontecendo dentro do SMFS, em setembro de 1992, e que, sem dúvida, iria passar para o discurso que era proferido nos boletins, era a extensão que o sindicato apresentava, para com a política partidária do PC do B, e suas coligações, e este fator encontrava-se bem nítido neste boletim. As utilizações do boletim para a informação quanto às preferências partidárias do sindicato apontam para a alusão de que o SMFS estava agindo em favor da classe trabalhadora, como os demais sindicatos cutistas estava fazendo neste momento.

<sup>56</sup> Boletim “O Metalúrgico” de setembro de 1992 (p.2).

<sup>57</sup> Idem. (p.2).

Outra característica importante da feitura destes boletins é a de que o SMFS tentava, a todo custo, ou talvez para “mascarar” as suas contradições discursivas de classe, informar o trabalhador, do ponto de vista político, posto que “dirigentes e intelectuais dentro do sindicato vão procurar organizar atividades que tem como meta, formar os operários da base, assim como os próprios diretores”<sup>58</sup>, ou seja, era função da diretoria colegiada, além do atendimento, a formação de consciência política que fosse voltada para uma ação mais prática, e era dentro da fábrica que o trabalhador deveria agir politicamente, dentro do seu espaço, e o boletim representa neste ponto de vista, um instrumento importante para esta conscientização, como podemos ver na poesia de Bertold Brecht, colocada na edição do boletim do SMFS

[...] O Analfabeto Político: O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não houve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ela não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas, O analfabeto político é tão burro que se orgulha, e estufa o peito, dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce à prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais. (sic)<sup>59</sup>

Conscientização e busca por um melhor aprendizado quanto à política e a sua própria situação de operário metalúrgico. Estes eram os pontos principais que apontavam a idéia de classismo<sup>60</sup> que o SMFS pretendia realizar, de “modo confuso”, ou até mesmo “bem pensado” a favor do partido, ou corrente ideológica que lhe dominava. Se o PCdoB tinha o seu plano político revolucionário, que prezava por

<sup>58</sup> In: PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Mentes que brilham: Sindicalismo e Práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*. Tese de Doutorado. UNICAMP: São Paulo, 2002. (p.5)

<sup>59</sup> Boletim “O Metalúrgico” de setembro de 1992 (p.2).

<sup>60</sup> A Concepção de Classismo que o SMFS queria propor se define bem no Documento “Movimento Sindical”, de abril de 1989 da CSC-BA (Corrente Sindical Classista da Bahia), que ressalta a concepção classista “que tem como princípios o combate sistemático ao imperialismo, ao latifúndio, enfim, ao capitalismo. Defende a politização das lutas e um sindicalismo de massas e democrático onde as diversas correntes possam se expressar, e a liberdade a autonomia sindical e uma política de enraizamento dos sindicatos nas bases, buscando sempre a unidade do movimento sindical. Em importante destacar que o classismo do SMFS é o mesmo princípio da CUT nacional, conforme os princípios destacados em: GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis, Vozes, 1990 (p.43). O princípio nº 1 afirma que a CUT faz um “sindicalismo classista e de não conciliação de classes”, o que também faz refletir sobre o tipo de sindicalismo que o PCdoB fazia no SMFS.

mudanças para os trabalhadores, e pelo classismo, a sua contradição estava situada em sua natureza política, a partir de sua conciliação com partidos ligados a setores da burguesia, como o PMDB e o PSDB.

Segundo Antonio Gramsci “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] <sup>61</sup>”, ou seja, o SMFS possuía intelectuais (neste caso, os dirigentes sindicais pertencentes à CSC-BA), que disseminavam o seu pensamento político, assim pertencido a uma estrutura partidária (o PCdoB) através dos boletins, como parte de seu trabalho político. Criticar o “analfabeto político” significava “conscientizar o trabalhador do poder que o mesmo possuía”, apesar de manter certas contradições “no fazer” e “no dizer”. Ideologias políticas podem ser tradutoras de uma “concepção de mundo que se manifesta na ação, e a organiza [...] tem uma existência material, e encontra-se materializada nas práticas” <sup>62</sup>. Desta forma, a tradução de “concepção” de mundo que estava sendo feita no SMFS, através de seus boletins, pertencia a um tipo de política partidária que se encontrava instalada neste órgão sindical, e a hegemonizava. (o PCdoB).

## **2.2 “Qualidade Total é Mentira” – Reestruturação Produtiva e o Boletim “O Metalúrgico” de Novembro de 1993.**

Transformações estruturais, controle de qualidade e de produção, extrema divulgação e propaganda publicitária, e precarização dos salários, e dos direitos associados ao trabalho, em conformação a mudanças advindas da reestruturação produtiva são os elementos que se encontram relacionadas à crise sindical na década de 1990. A reestruturação produtiva chega ao Brasil neste período, e da mesma forma, chega a Feira de Santana, através de indústrias multinacionais que aqui se instalaram como a indústria de pneus, a italiana Pirelli, e através da indústrias nacionais, como a

<sup>61</sup> In: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968. (p.3).

<sup>62</sup> In: BRANDÃO, Nágela Aparecida. *Crise e Reestruturação Capitalista: manutenção ou construção de uma nova Ideologia? Uma análise da Central Única dos Trabalhadores*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNICAMP: São Paulo, 2003. (p.18). No primeiro capítulo, intitulado “O que é ideologia”, Brandão faz uma abordagem do conceito de ideologia em Antonio Gramsci, que o afirma como “Constituidora do Real”, e este conceito pode ser aplicado a este trabalho no que se refere ao estudo do discurso do SMFS, e suas transformações no decorrer do tempo.

Metalúrgica Jossan, pertencente ao grupo Belgo Mineira, que se viu obrigada a modificar seu espaço, a sua produção e a sua tecnologia, em conformação aos pedidos do capitalismo.

A reestruturação produtiva chegou ao país impondo inúmeras transformações, que contribuíram de modo importante para a crise dos movimentos sindicais, ou uma conseqüente “desproletarização do trabalho industrial”<sup>63</sup>, ou seja, além de transformar o espaço do trabalhador, o tempo de trabalho, e a qualidade da produção, estava em jogo, dentro da reestruturação, a modificação salarial, que deveria “sustentar” esta reestruturação, além do conseqüente “apaziguamento” dos movimentos sindicais, que passaram a transformar também as suas reivindicações. Se no país, a indústria metalúrgica passava por essa forte mudança, em Feira de Santana, cidade de campo industrial importante para o estado da Bahia, não seria diferente.

Estas mudanças se deram em favor dos anseios do capitalismo mundial. Segundo Giovanni Alves “é a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho”<sup>64</sup>, que trouxeram tanto modificações nas relações de trabalho no mundo, e forçaram aos movimentos pró-trabalhadores uma grande modificação nas pautas reivindicativas. A crise sindical no período de 1990 se estendeu por todo o país, e o SMFS também sentiu as suas transformações, sendo que ainda se encontrava em plena atividade inicial de representação dos trabalhadores metalúrgicos de Feira de Santana, e logo neste sentido, teve que partir para modificações que influíram na feitura de seu discurso sindical, e de suas práticas. As reivindicações, e os seus discursos, que tinha como meio de propagação o boletim “O metalúrgico”, deveriam ser mudados, e novamente o trabalhador iria sofrer as conseqüências, no bolso e na qualidade de vida. O trabalhador perde a sua qualidade de vida, para pagar a qualidade da empresa em que trabalha.

Em novembro de 1993 o SMFS divulga o seu boletim, com a seguinte manchete “Jossan da Bahia – Qualidade Total é Mentira”, de onde o sindicato critica uma importante empresa metalúrgica de Feira de Santana, em relação a mudanças internas desta empresa, modificando também os modos de trabalho do operário:

---

<sup>63</sup> In: ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, UNICAMP/Cortez, 1995. (p.47).

<sup>64</sup> In: ALVES, Giovanni. *Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*. Tese de Doutorado. UNICAMP, São Paulo, 1998. (p.3)

A empresa Jossan da Bahia, tenta passar a imagem de protetora dos trabalhadores com a implantação do TQC, ou a chamada Qualidade Total, onde nas reuniões se discute a qualidade dos produtos, menor índice de refugo, redução de gastos e melhor relacionamento no trabalho. O trabalhador deve ser criativo, pois a Jossan é uma empresa de todos os envolvidos no processo de produção, e que tudo se encontra em perfeita harmonia entre capital e trabalho. Mas companheiros, por trás desta qualidade total existem vários interesses da empresa, por exemplo: aumentar a sua lucratividade, explorar o máximo a força de trabalho, explorar a inteligência dos trabalhadores, e promover demissões. Esta qualidade total não serve para os trabalhadores, pois não toca na questão dos salários, promoveu às demissões de vários companheiros, um trabalhador opera 4 máquinas de uma vez só, continua as péssimas condições de trabalho, como o ruído [...] esta é a realidade nua e crua da nova forma de gerenciamento do TQC, que a cada época de crise do capitalismo ele aparece para reprimir e explorar cada vez mais, com mais força, os trabalhadores. (sic) <sup>65</sup>

O TQC, implantado pela indústria Belgo Mineira, foi o principal ponto de pauta discutido pelo boletim “O Metalúrgico” de novembro de 1993. Podemos dizer que as tônicas das reivindicações sindicais no país, inclusive em Feira de Santana, passaram a ser modificadas em consonância às transformações laborais nas fábricas da cidade, em consequência da crise do capitalismo, na década de 1990, forçando os sindicatos a transformarem seus discursos, e suas ações. Se “a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho sob a mundialização do capital contribuiu para a debilitação estrutura do poder sindical (e político) de classe dos trabalhadores assalariados” <sup>66</sup>, a transformação do discurso do SMFS se dá pela transformações relacionadas aos seus espaço de ação, ou seja, mudando-se a qualidade de trabalho do operário, e condições essenciais de vida do mesmo, o discurso se modifica, e apreende

---

<sup>65</sup> Boletim “O Metalúrgico” de novembro de 1993. O TQC (Tempo, Qualidade e Controle), do qual o trecho do boletim fala, representa uma forma de reestruturação feita pela indústria metalúrgica nacional Belgo Mineira, com base no CCQ desenvolvido no Japão, pelo sistema Toyota, de onde a empresa desenvolve treinamento para melhoria da qualidade do produto final que será comercializado, além de controle contra desperdício, melhor valorização do tempo de trabalho, retirando os tempos “improdutivos” de descanso do trabalhador, além de relacionar decisivamente o tempo de trabalho com o desenvolvimento de salários baseados neste tempo. Podemos encontrar uma referencia conceitual ao CCQ em: WATANABE, Ben. *Toyotismo, um novo padrão mundial de produção?* Revista dos Metalúrgicos, São Paulo: CUT/CNM, dezembro de 1993. (p.5).

<sup>66</sup> In: ALVES, Giovanni. *Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*. Tese de Doutorado. UNICAMP, São Paulo, 1998. (p.85)



os elementos que o sindicato almeja reivindicar, transformando-os segundo a política que o hegemoniza.

O SMFS apresenta o classismo como princípio orientador em seu espaço, portanto, tratar da fragmentação do mundo do trabalho, ocasionado pela reestruturação produtiva no mundo, na década de 1990, significa realizar uma mudança na forma deste discurso, e para que este discurso deva ser feito. Para o sindicato, reestruturação produtiva implica mudanças severas, que significam a perda do emprego, com a conseqüente “dessindicalização” do trabalhador.

O SMFS, neste momento preocupa-se com o trabalhador possuindo o seu emprego, e dedica em seus boletins, pouco espaço e pouca visibilidade a colunas que se refiram à mudança política, valorização do trabalhador frente aos planos de governo, entre outras formas mais gerais de reivindicação, que visem o caráter de “classe” como ponto de principal importância. Mais uma vez percebemos outro ponto que pode ser explorado para perceber as mudanças que foram ocorridas no discurso do SMFS: o fenômeno da reestruturação produtiva como responsável por mudanças nos anseios do trabalhador feirense. A preocupação agora não é a política geral do país, mas sim uma preocupação local acerca da manutenção do salário e do emprego.

Partindo para o pensamento acerca dos partidos e das correntes ideológicas que estruturavam a CUT na década de 1990, percebemos que o PCdoB, com a sua Corrente Sindical Classista (CSC), dentro da central, agia de maneira diferente ao princípio classista e a não conciliação de classes, ou seja, era a favor do classismo (como parte do seu plano revolucionário de política) ao mesmo tempo em que tinha como prática política a negociação com partidos que realizava uma política em favor da burguesia, o que pode indicar as diferenças entre a realidade do sindicalismo que a CUT queria propor em Feira de Santana, e os planos do partido que hegemonizava, com a sua corrente ideológica, o SMFS.

Essa “política de conciliação” exprime as diferenciações acerca da realidade do SMFS, em relação a CUT nacional. Segundo Teixeira [...] quando chegamos á década de 1990, as tendências mais gerais de burocratização se afirmaram [...] as posições e atuações da central não se refletiam mecanicamente em sua base, mas ao contrário, existiam grandes diferenças em suas práticas políticas<sup>67</sup>, ou seja, as práticas existentes

---

<sup>67</sup> In: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2009. (p.216-217).

nos sindicatos filiados a central não correspondiam ao que era proposto dentro da CUT. Em se pensar na presença do PCdoB na CUT, ela possuía proximidade com as bases operárias, porém colocava como determinação (nos sindicatos que hegemonizava politicamente) ações diferentes as que eram feitas pela CUT nacional, o que explica a problemática da unidade entre tendências políticas dentro de uma central sindical impregnada de pensamentos contrários entre as mesmas.

As transformações no espaço de trabalho, no Brasil e no mundo, forçaram os movimentos sindicais, na década de 1990, a “mudarem” as suas reivindicações, a buscarem novas formas de “alerta” ao trabalhador, e incentivaram na contenção do “combativismo” que os sindicatos filiados a CUT possuíam, incluindo o SMFS.

Um exemplo que pode demonstrar este fator se encontra na coluna “A Classe operária explorada e oprimida em todo o mundo”, do boletim “O metalúrgico” de novembro de 1993:

Em decorrência da crise estrutural do capitalismo, a classe operária se torna sempre mais explorada e oprimida, ao passo que a burguesia acumula imensos recursos financeiros. Apoiada na nova renovação industrial, a burguesia modifica radicalmente os métodos de produção que lhe permitem sugar ao máximo a força de trabalho. Com reduzido número de operários qualificados, submetidos a um sistema flexível de gestão e organização do trabalho, obtém maior e melhor produção, consegue lucros fabulosos. O avanço da tecnologia, que deveria facilitar as condições de trabalho e de vida do proletariado, é utilizado pela burguesia para intensificar a exploração da classe operária. O proletariado não tem outra alternativa, ou luta por sua emancipação, ou se afunda na degradação crescente gerada pelo capitalismo em decomposição<sup>68</sup>.

“Lutar por sua emancipação”. Mas de que forma? O SMFS, nesta coluna do boletim, não explica a forma com que o trabalhador deve enfrentar o problema da reestruturação produtiva. Se o sindicato tem uma proposta de classes para o tipo de sindicalismo a ser feito pela mesma, esta deve apresentar soluções, maneiras que o trabalhador deve seguir para manter o seu poderio enquanto classe, e não fazer apenas

---

<sup>68</sup> Boletim “O Metalúrgico” de novembro de 1993. (p.2).

uma crítica cega, sem fundamento, apenas para tentar incutir no trabalhador uma consciência de classe que o mesmo não foi acostumado a ter. Este é um problema sério no discurso do SMFS, e no tipo de seu sindicalismo, e que pode casar com o problema de transmutação discursiva da CUT. Tendo semelhanças com outros sindicatos cutistas, o SMFS faz uma crítica à reestruturação, porém não estipula formas de atuação que o trabalhador deve ter, enquanto neste período o capitalismo retirava de si mesma, alternativas opressoras para conter os trabalhadores.

Podemos então dizer que os principais problemas que a reestruturação produtiva trouxe consigo, como as políticas de qualidade total (como o TQC, descrito no boletim do SMFS), as mudanças nos pisos salariais e no *modus* de trabalho, fizeram a crise no sindicalismo, sobretudo no campo sindical metalúrgico feirense, a partir de certas características: Uma crescente individualização<sup>69</sup> nas relações de trabalho; flexibilização do mercado de trabalho, que atingiu conquistas históricas dos trabalhadores, e o esgotamento dos modelos sindicais vigentes, que modificaram o sindicalismo de tipo combativo, para o sindicalismo de participação, ou podemos também denominar de “conciliação”<sup>70</sup>.

É a partir do boletim “O Metalúrgico” de novembro de 1993, que o SMFS faz uma discussão sobre o fenômeno da reestruturação produtiva (que logo após irá povoar outras colunas dos boletins subsequentes). Porém, o tipo de política feito pela direção do sindicato, em relação a este fenômeno, não condiz com o tipo de “discurso de classe” que o sindicato queria pregar. A crítica a este problema, unida a uma preocupação que o trabalhador deve ter em relação ao seu emprego, caracteriza este boletim, porém demonstra a fragilidade política do sindicato em relação a uma proposta de lutas e modificações mais intensas por parte da base. A partir deste momento, a preocupação não é tão somente ligada à política, mas sim a possibilidade de continuar com o emprego, o que demonstra que o discurso sindical se encontra embasado na presença do

---

<sup>69</sup> O termo *individualização* está relacionado ao que o autor Ricardo Antunes afirma como *desproletarização do trabalho industrial*, ou seja, a fenômeno da reestruturação produtiva no mundo do trabalho gerou um novo perfil de trabalhador, que agora passa a ser altamente especializado, desvinculado de associações fora do espaço fabril, e reconhecido como “colaborador” do processo de produção, e não mais considerado apenas como um trabalhador. O autor Giovanni Alves também faz um debate semelhante em sua tese *Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*, de onde explica que o complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo surto de concorrência capitalista no mercado mundial, tende cada vez mais a reduzir o proletariado industrial clássico. (p.69), o que gera a especialização maciça dos trabalhadores, e a sua diminuição no que se refere aos movimentos sindicais, posto que o sustentáculo para o movimento sindical represente a quantidade unida de trabalhadores de determinado segmento.

<sup>70</sup> Esta idéia encontra-se em: ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, UNICAMP/Cortez, 1995. (p.69).

trabalhador no espaço de trabalho, que então se torna também, espaço de propagação das idéias deste órgão, e que, preocupar-se com a radicalidade política e a contestação significava para o sindicato, a perda de um espaço importante, tanto na questão financeira, como na representação. Continuar no emprego representava “continuar na contribuição sindical”, mesmo que passando por cima do classismo, em favor de uma conciliação política que trouxesse vantagens tanto para o patrão como para o trabalhador. Eis uma das mudanças do discurso do SMFS

### **2.3 “Acorda Companheiro” – Campanha Salarial de 1994, e o plano FHC/FMI.**

A campanha salarial de 1994, realizada pelo SMFS em janeiro daquele ano, pode traduzir a situação por qual passava o movimento sindical neste período, além de trazer resultados mais consistentes acerca do fenômeno da reestruturação produtiva no Brasil. O estabelecimento das políticas neoliberais no Brasil foi tardia, frente aos demais países da América Latina, segundo afirma Armando Boito Jr<sup>71</sup>, porém foi com o governo de Fernando Henrique Cardoso, conhecido pela alcunha de “FHC”, que esta política foi acelerada, e trouxe conseqüências de profundas mudanças estruturais no país, na forma política, econômica, e, sobretudo, nos movimentos sindicais. O que fica presente neste momento é que, além das “novas” reivindicações, que foram advindas do governo Collor, surgiram outras, em contrapartida aos planos político-econômicos de FHC, que tinham como meta principal a “estabilização da economia”, não conseguidas pelos governos anteriores, o que demonstra que Fernando Collor “preparou a casa”, para Fernando Henrique Cardoso poder trabalhar nela, e transformar os anseios das classes políticas conservadoras em realidades concretas.

O início do governo FHC é marcado por uma intensa tentativa de formatação de estabilidade econômica e política, de onde o ajuste fiscal, o corte de gastos com o funcionalismo público e a abertura financeira externa, em consonância com os pedidos do FMI (Fundo Monetário Internacional), são características principais da formulação deste governo, e são fatores que dão o ponto de partida para o surgimento de reivindicações nas organizações sindicais, inclusive o SMFS, de acordo com a

---

<sup>71</sup> JUNIOR, Armando Boito. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Editora Xamã, São Paulo, 1999. (p.11).

prescrição da CUT. O boletim “O metalúrgico” de janeiro de 1994 traz em suas colunas uma crítica substancial ao “Plano Real”<sup>72</sup> de FHC, em pleno início de governo:

“PLANO FHC/FMI – Ao mesmo tempo em que assina com os banqueiros internacionais o acordo da dívida externa, FHC anuncia seu plano econômico, impõe mais sacrifícios ao povo, e o neocolonialismo monetário ao Brasil, como manda o FMI. (sic)”<sup>73</sup>

No contexto de crise do movimento sindical que representa o ano de 1994, o governo FHC significou mudanças intensas, principalmente em se tratando da condição de vida do trabalhador, e como o plano político neoliberal causava transtornos a esta condição. O SMFS, com o boletim de janeiro de 1994, faz uma crítica ao neoliberalismo, não tão somente do ponto de vista dos trabalhadores metalúrgicos, mas faz um comentário mais geral da situação política do país, e como este governo, na verdade, compactuava a mais com a burguesia do que com os trabalhadores, como podemos ver nos seguintes trechos:

[...] além de inverter as bolas, o plano FHC é extremamente prejudicial ao povo e ao país. Em primeiro lugar, joga sobre toda a sociedade uma nova escalada de impostos – COFINS, IPMF, e o novo imposto de 5% sobre as alíquotas e contribuições, somarão, em 94, nada menos que US\$ 22 bilhões. Obviamente que os empresários têm como se defender disso, e repassarão automaticamente os impostos a pagar para os preços das mercadorias e

---

<sup>72</sup>Sobre o Plano Real podemos utilizar o trabalho de: SILVEIRA, Ramais de Castro. *Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil, de Sarney a FHC*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2009 (p.95-105). Neste trabalho, Silveira faz uma contextualização do “Plano Real”, que fora refletido a partir do Governo de transição, feito por Itamar Franco, e se estabeleceu enquanto “plano de ação econômica” a partir do início do Governo FHC. O “Plano Real” tinha como elementos centrais o ajuste fiscal, a austeridade monetária, a abertura financeira externa, com adoção de políticas de redução de barreiras tarifárias, abertura da economia nacional á importações, e principalmente, o corte de custos excessivos com gastos públicos, para a contenção mais austera da economia, com privatizações de empresas nacionais. O Plano Real fazia parte do programa político intitulado “Plano de Ação Imediata” (PAI), de cunho extremamente neoliberal, que acabou se desenvolvendo no “lastreamento” da moeda nacional “o Real” com o dólar americano, principal moeda de referência econômica da época (p.103). É interessante destacar a natureza destes planos políticos presentes na década de 90, porque é a partir deste contexto que se estruturam mais, e são mais vigentes, as críticas sindicais nos boletins do SMFS, em relação á política nacional, posto que este plano político trouxesse inúmeras conseqüências para os movimentos de trabalhadores, e para as centrais sindicais (como a CUT).

<sup>73</sup> Boletim “O Metalúrgico” de janeiro de 1994. (p.1).

serviços. Isso provocaria mais inflação, e recairá sobre os ombros do povo. (sic) <sup>74</sup>.

Percebemos que, o problema que o SMFS tinha em relação à discussão sobre o governo FHC, e que imprimia nas colunas de seu panfleto, não era propriamente sobre a opinião pessoal que os seus dirigentes tinham em relação a este governo, mas sim o que o plano político deste candidato representava: transformações de cunho neoliberal na economia, que logo após gerariam conseqüências terríveis para o trabalhador, como o desemprego, maior controle sobre os impostos pagos pela maioria da população e a informalidade no mercado de trabalho. É obvio que cada sindicato no país (inclusive o SMFS), tem a sua forma de pensar, e apresentar a sua ideologia dominante de pensamento, porém, o importante a ressaltar, apesar das divergências internas dentro da CUT nacional neste período, é que seus sindicatos filiados apresentam este comentário de contestação.

Segundo Armando Boito Jr. “os trabalhadores não formam, e nunca formaram um bloco homogêneo, e, por isso, o neoliberalismo não os atinge por igual” <sup>75</sup>, o que pode representar as diversas visões (e ações) que cada sindicato, em 1994, possuía, porém as formas de contestação, e o discurso de classe continuavam a povoar as idéias presentes no SMFS, como nos demais sindicatos do país, mesmo havendo uma grande contradição na suas ações políticas, como no caso do PCdoB, que mantinha uma política conciliatória em paralelo a um plano político, dito pelo próprio partido, como “revolucionário”. Esta questão exemplifica o que representava a natureza da CUT na década de 1990, que tentava expandir as suas orientações políticas, que em parte eram absorvidas por seus sindicatos filiados, porém não conseguia obter o total êxito na disseminação de suas orientações, pois existiam conflitos entre tendências políticas opostas (como no caso dos dirigentes de Feira de Santana, que eram ligados a CSC, e os dirigentes da FETIM-BA, que eram ligados a tendência majoritária do PT, a Articulação Sindical). A CSC era dirigida pela CUT neste período, porém realizava a política que lhe convinha, de acordo com o partido que a hegemonizava.

Anteriormente já fora dito acerca das contradições dentro do discurso do SMFS, nos boletins, e que esta contradição está unida a um tipo de sindicalismo proveniente de

---

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> JUNIOR, Armando Boito. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Editora Xamã, São Paulo, 1999. (p.86).

partidos que apresentam tendências á conciliação (como o PCdoB), amparado pelo “novo sindicalismo” da CUT, na cidade de Feira de Santana, como explica Igor Gomes Santos:

“Sem falar do PCdoB e PCB, que ao longo da década de 80, em Feira de Santana, sempre buscaram coligação e/ou apoio eleitoral com os políticos do PMDB da cidade, mesmo depois de serem partidos reconhecidos e legalizados.”<sup>76</sup>

Na verdade, Igor Gomes fala que este tipo de conciliação, embasada no termo *peleguismo*, foi forte no sindicalismo feirense, porque “ela possibilitava o apoio patronal em muitos momentos, resultando em apoio material mais estruturado para as campanhas e benesses outras, mas também porque soube tocar em aspectos cruciais e necessários da vida cotidiana do trabalhador de Feira de Santana: assistência odontológica, médica, lazer e, muitas vezes, uma vida política afastada dos conflitos [...]”.<sup>77</sup>

Se a conciliação representava uma forma de alívio para os conflitos políticos e sindicais existentes entre tendências dentro do SMFS, a crítica em relação ao assistencialismo representa uma forte contradição de discurso, o que pode ser observado no boletim de janeiro de 1994, onde o sindicato demonstra de maneira mais prática e concisa, a partir de sua manchete, esta contradição de discurso:

“Assistencialismo leva o Sindicato à crise: Companheiros, a receita do nosso sindicato, que este mês de janeiro/94 está estimada em CR\$ 533.000,00, só a assistência médica corrói cerca de 5 salários mínimos que corresponde a 32,37% da receita do sindicato, onde passamos dificuldades para cobrir a folha de pagamento, encargos sociais, tarifas públicas, despesas com processos na justiça, combustíveis, etc., esses 32,37% que era para ser depositado na luta dos trabalhadores, a exemplo de cursos para cipistas, seminários, política sindical, contrato coletivo de trabalho, fundo de greve e

<sup>76</sup> In: SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido. Origens e trajetória do PT de Feira de Santana. (1979 – 2000)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro. 2007. (p.213).

<sup>77</sup> Idem. (p.161).

outros. Infelizmente muitos sindicatos que tem compromisso de luta com os trabalhadores tem que bancar esse tipo de assistencialismo porque o governo quer que o trabalhador morra nas filas do INSS, e o patrão pouco tá ligando pela saúde dos seus empregados. SINDICATO É PARA LUTAR. (sic) <sup>78</sup>.

Abaixo desta coluna, presente no boletim, apresenta-se a seguinte coluna:

[...] ASSISTÊNCIA DADA ATRAVÉS DO SINDICATO - Assistência médica com desconto de 50% em consultórios especializados nas seguintes áreas: Oftalmologista [...] Cardiologista [...] Otorrino [...] Pediatra [...] Clínico Geral [...] Prevenção, Limpeza, Extração e Restauração Odontológicas [...] através do convênio já existente com o INPS, os associados e dependentes podem fazer seus exames laboratoriais e radiografias inteiramente grátis [...] através do convênio firmado entre o sindicato e a Unimed, o associado e seus dependentes tem acesso ao mais completo plano de saúde, Unimed plano local. (sic) <sup>79</sup>.

Como percebemos, o SMFS realiza uma grande contradição acerca do discurso que prega nos boletins, e as práticas estabelecidas no funcionamento do órgão sindical, no passo de que, ao mesmo tempo em que critica o assistencialismo, como principal causa para a crise econômica do sindicato, aponta “assistências” médicas que o órgão ajuda a realizar junto ao trabalhador “com 50% de desconto”, e utilizando de um plano privado para o atendimento dos trabalhadores. Para um órgão que tem como caráter ideológico reinante o pressuposto de “classe”, e que possui filiação a uma central sindical, que pretende modificar a realidade brasileira a partir da base trabalhadora, o assistencialismo do SMFS pode apontar as amplas contradições dentro do discurso da CUT, e seus sindicatos filiados, em contrapartida às ações governamentais burguesas, ou seja, as práticas dentro da CUT representavam totalmente o oposto do que era determinado dentro da central, e que surgiu do embrião do radicalismo combativo do “Novo Sindicalismo”, e isto pode também se referir a presença do PCdoB, em 1989 (enquanto corrente sindical), tanto no SMFS, como na FETIM-BA, e como na CUT.

---

<sup>78</sup> Boletim “O Metalúrgico” de janeiro de 1994. (p.2).

<sup>79</sup> Idem.



O PCdoB possuía uma tradição de organizar os seus sindicatos, e o seu sindicalismo de modo *pelego*, no chamado “pré-64”, ou seja, tentar hegemonizar os órgãos sindicais da melhor forma possível, para tentar transformá-los por dentro, a seu inteiro favor, em conjunto com alianças políticas com partidos de linha política ligada a burguesia. O caráter assistencialista do PCdoB não simpatizou inicialmente, com o combativismo das tendências ligadas ao PT, dentro da CUT, porém, é no “congresso de 1989 que o PCdoB resolveu modificar o posicionamento e entrar para a CUT”<sup>80</sup>.

Fazer uma crítica ao governo FHC, em conjunto com a apresentação da campanha salarial de 1994, representava para os dirigentes do SMFS, uma forma de se fazer “classismo”, porém se esqueceram que, não adianta casar a crítica a um assistencialismo sindical, com uma propaganda de “assistência” médico-hospitalar feita pelo próprio sindicato, e isso representa uma forte contradição, de discursos, e de práticas sindicais, o que marca a opinião do ex-presidente da CUT, Vito Giannotti, quando diz que [...] a CUT é essencialmente pluralista. Ela abriga sob suas asas milhões de trabalhadores que têm em comum um sonho que, historicamente, se concretiza em vários partidos, vários grupos, várias visões<sup>81</sup>, o que afirma que, dentro da CUT existiam correntes ideológicas que faziam o seu plano político a seu bel prazer, e que muitas vezes se contradiziam em seus discursos (como o PCdoB, através da CSC-BA, no SMFS), fazendo uma crítica sem muitos fundamentos, não-baseadas num combate ao sistema político opressor vigente, mas numa crítica ao governo de forma “mais amena”, e respeitando alguns direitos, e é neste ponto que podemos tratar do sindicalismo do PCdoB como um sindicalismo assistencialista e de conciliação negocial entre patrões e trabalhadores, e assim procedia desta forma no SMFS, dentro dos boletins, como iremos ver no capítulo seguinte, referente às práticas sindicais do SMFS, até o ano de 2003.

---

<sup>80</sup> In: GUIMARÃES, A. S. A.; LORZA, F.; LOPES, F.; KRAYCHETTE, G.; CASTRO N.; FALCON, P. *Repensando Uma Década - A Construção da CUT Na Bahia Nos Anos Oitenta*. SALVADOR: EDUFBA, 1994. (p.55). Pensando no contexto do SMFS, e no tipo de hegemonia política presente neste sindicato, podemos fazer uma correção à afirmação de Acácio Araújo, presidente da CUT - BA, em 1989: O PCdoB B, por sua tradição política e elementar, não mudou o seu posicionamento ideológico, apenas mudou o posicionamento político, aplicou o tipo de sindicalismo que lhe convinha, o que pode ser pensado para o sindicalismo presente no SMFS, e nos demais sindicatos que hegemonizava. Era preciso tentar uma melhor visualização de suas ações, e em 1989, quem tinha todo o ela para a representação dos trabalhadores naquele contexto era a CUT, capitaneada pela Articulação Sindical (Tendência ligada ao PT), portanto, entrar para a central sindical representava “brigar”, no bom sentido da palavra, por melhor espaço de representação por entre os trabalhadores.

<sup>81</sup> In: GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, Scritta, 1993. (p.77).

### **CAPÍTULO 3: “ACORDO ASSINADO, É SÓ CUMPRIR” – O DISCURSO DO SMFS NOS BOLETINS ENTRE OS ANOS DE 1995 E 2003.**

[...] Precisamos esclarecer ao povo, que para o desenvolvimento de nosso país, não passa pela quebra dos monopólios, privatizações ou flexibilização. Isso se chama traição, entreguismo. O crescimento de uma nação se faz gerando emprego e uma melhor distribuição de renda, isto é, uma política social mais justa. Não devemos mais aceitar tanta injustiça contra o povo. É hora de lutar decididamente. (Boletim “O metalúrgico” de fevereiro de 1995).

Questionamentos acerca das injustiças, feitas pelos patrões, aos trabalhadores, devido ao fortalecimento de políticas neoliberais, que primavam por uma maior flexibilidade das relações e das ferramentas presentes no espaço de trabalho, além de uma mudança acirrada dos direitos destes mesmos trabalhadores, são os pontos principais que estruturam as manchetes do boletim “O Metalúrgico”, do SMFS, entre os anos de 1995 e 2003, período pelo qual o mundo do trabalho passou por intensas transformações, sobretudo em nosso país, que chegou de maneira explícita e bem conformada com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A década de 1990 trouxe consigo inúmeras transformações, principalmente as de ordem econômica que geraram modificações no campo relativo ao trabalho, atingindo seus principais atores: os trabalhadores. Segundo Royemerson Penkal, “na esfera internacional, o fim de um período marcado por crescimento econômico e considerável estabilidade social apontava para uma crise do padrão de produção. As conseqüências foram o processo de reestruturação produtiva e a difusão dos princípios da produção enxuta ou acumulação flexível, além da diminuição do papel do Estado enquanto regulador e protetor da sociedade salarial ”<sup>82</sup>. As conseqüentes mudanças destas relações no mundo do trabalho levaram os movimentos sindicais a um reparo mais lapidado, sobretudo ao que se refere às práticas e ao tipo de reivindicação a ser feita.

Se os sindicatos, dentro de sua natureza de ação, segundo Guilherme Carvalho, “são obrigados a agir e responder rapidamente as transformações, de onde a sua credibilidade é determinada pela sua capacidade de intervir eficientemente na

---

<sup>82</sup> In: PENKAL, Royemerson. *Qualidade Total e Sindicalismo Moderado Produtivo nos Metalúrgicos da Grande Curitiba*. Dissertação de Mestrado. UFPR, Paraná, 2005. (p.19).

representação de trabalhadores”<sup>83</sup>, então podemos dizer que, a situação do sindicalismo no Brasil, durante estes períodos, não foi satisfatória para os elementos que a compunham, neste caso os trabalhadores do país, e em se tratando da situação do SMFS, não foi diferente.

Como fora afirmado no capítulo anterior, a corrente sindical hegemônica do SMFS, a CSC-BA, que era ligada ao PCdoB, possuía confusões na sua natureza política, ao pregar um plano revolucionário de ação, em contrapartida a manutenção de relações com partidos de hegemonia política burguesa. Diante ao período estipulado, entre 1995 e 2003, podemos afirmar que, devido às intensas transformações fabris existentes no mundo, inclusive nas indústrias da cidade de Feira de Santana, o tipo de sindicalismo, em paralelo as novas reivindicações feitas pelo trabalhador, se transformou consideravelmente, como podemos ver no seguinte trecho do boletim:

“Nesta década o movimento sindical deparou-se com novos temas que passaram a integrar a sua agenda: Qualidade Total, Contrato Coletivo de Trabalho, Terceirização, Revisão da Constituição, Privatização da Previdência, Quebra dos Monopólios, além de outros. Destes temas, já convivemos com dois, no dia a dia, a Qualidade Total e a Terceirização, e em relação aos outros, é preciso uma intervenção com determinação dos segmentos organizados. O governo faz uma propaganda intensa não para informar, e sim para manipular a opinião pública. Não podemos deixar que direitos conquistados na constituição de 1988 sejam retirados”.<sup>84</sup>

Fica evidente a preocupação do SMFS em relação às políticas públicas do país, nas manchetes dos seus boletins. Porém esta preocupação não se refere a uma questão mais geral de mudanças no plano político no país, posto que este fator fizesse parte dos anseios do sindicalismo da CUT, central pela qual o SMFS era filiado. O que é entendido agora, como principal preocupação deste sindicalismo são os planos surgidos das políticas neoliberais: o corte acirrado da mão de obra nas fábricas, mudanças estruturais dos espaços fabris em favor de uma maior produção, além de tentativas, por

---

<sup>83</sup> In: CARVALHO, Guilherme. *Sindicalismo Cutista e Representação, apontamentos sobre a ação sindical diante da reestruturação produtiva*. (artigo), Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, Volume 1, nº 1, jul/dez.2008.

<sup>84</sup> Boletim “O Metalúrgico” de fevereiro de 1995. (p.1).

parte dos governos neoliberais, de modificar direitos existentes na Constituição Federal de 1988. A preocupação não é uma transformação mais generalizada e radical da condição política do país, na época citada, mas sim uma luta defensiva acerca dos direitos já existentes. Esse problema foi considerado um dos responsáveis pela transformação do sindicalismo dentro da CUT, e no SMFS não seria diferente, apesar de ter a sua realidade própria, e de ser hegemônica por uma corrente contrária a da direção da CUT nacional.

Segundo Luiz Otávio de Oliveira Rezende “apesar de não extirpar a presença do poder estatal no contexto do sindicalismo, a Constituição de 1988 trouxe avanços significativos conquistados com a sua promulgação, justamente pelo fato de garantir uma maior liberdade de ação para o movimento operário”<sup>85</sup>, e a vinda de políticas neoliberais, que eram favoráveis a intensas transformações no espaço de trabalho, que prejudicassem os direitos já conquistados pelos trabalhadores, eram os fatores incitantes para o surgimento de novas reivindicações, e este ponto é bastante figurado nos boletins do SMFS, durante este período.

Na manchete do boletim “O Metalúrgico”, de fevereiro de 1995, intitulada “Desafios para 95”, o SMFS faz uma crítica sobre o que o governo neoliberal de FHC, acerca dos direitos já existentes dos trabalhadores:

“Eles pretendem acabar com: 1- Estabilidade do Funcionalismo Público e sua aposentadoria; 2- Aposentadoria por tempo de serviço e especialmente do trabalhador das empresas privadas; Reduzir o teto das contribuições e dos benefícios da Previdência e entregando as empresas de previdências privadas uma receita que faz parte do segundo maior orçamento do país. A Previdência não é comércio. Ela tem um caráter social, e surgiu como uma conquista do trabalhador para garantir-se nas diversas fases da vida, na doença, na invalidez, na velhice e na morte”.<sup>86</sup>

O que é perceptível, dentro da manchete, é um questionamento acerca dos direitos já conquistados pelo trabalhador, dentro da estrutura que concerne a Constituição Federal de 1988. O SMFS, tendo como partido principal o PCdoB, teria mesmo que

---

<sup>85</sup> In: REZENDE, Luiz Otávio de Oliveira. *A Nova Racionalidade no Mundo do Trabalho e seus reflexos sobre o Sindicalismo*. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, PR, 2006. (p.40).

<sup>86</sup> Boletim “O Metalúrgico” de fevereiro de 1995. (p.1).

utilizar o seu boletim para a defesa de uma política que lhe condizia. Se o PCdoB mantinha relações com o PMDB, um dos partidos responsáveis pela criação da “Constituição Cidadã” de 1988, deveria ser a favor da defesa destes direitos, por questão de uniões políticas, e não por uma defesa mais radical dos direitos do trabalhador.

Sendo a favor de uma sindicalização maior, o SMFS, através dos seus boletins, principalmente os que datam de 1995 a 2003, trazem em seu escopo, uma tentativa de “maior organização”, levando os trabalhadores a se filiarem, na tentativa de se fazer uma luta em defesa a direitos que já existiam, e que tinham o risco de serem sacrificados pelas políticas neoliberais, porém não se fazia um discurso que fosse de transformação da sociedade política, tão pouco de uma mudança mais radical, direcionada a um combate ao neoliberalismo. O discurso do SMFS estava a favor de uma defesa maior dos direitos e das assistências que os governos já faziam, do que um sindicalismo que pregasse uma revolução da sociedade, o que contrariava o seu princípio (ou seja, o princípio da CSC, corrente do PCdoB) de plano político revolucionário, envolta na sua pecha de “comunista”.

Percebemos no trecho abaixo, uma das formas que o SMFS realizava, na tentativa de se conseguir um maior número de sócios:

“SINDICALIZAÇÃO: Em abril começaremos uma campanha de sindicalização que visa aumentar o número de sócios do Sindicato, passando dos atuais 40% para os 50% da categoria. O objetivo é fortalecer a categoria para fazer frente à organização patronal”

O tipo de sindicalismo que o SMFS queria realizar não previa uma radicalização das lutas dos trabalhadores metalúrgicos feirenses, mas sim, representava uma defesa dos direitos trabalhistas, porém de forma a ser aberta uma negociação com o patronato. O “fazer frente” não representava, necessariamente, uma resistência mais forte dos trabalhadores para com a classe patronal, mas sim uma política de conciliação, onde os trabalhadores e os patrões sentariam na mesma mesa, e estudariam formas de intervenção no mundo do trabalho que trouxesse bons resultados para ambos.

Segundo Scoleso “as mudanças, ocorridas ao longo da década de 1990, decorrentes das transformações na relação entre capital e trabalho, originaram a

possibilidade de alterar as condições de contratação e negociar a força de trabalho em tempos de crise, recessão e retração das vendas”<sup>87</sup>, ou seja, esta conciliação estaria centrada, num objetivo maior, que uniriam patrões e empregados: a crise econômica, e a vinda da reestruturação representava uma tentativa de salvaguardar os direitos do trabalhador, segundo as classes patronais. Segundo o SMFS, em seus boletins, as políticas neoliberais, com a sua reestruturação industrial, estariam prejudicando os direitos já conseguidos pelo trabalhador. Então, como os acordos com o patrão poderiam resolver a situação crítica, segundo as manchetes dos boletins do SMFS?

### **3.1 “Trabalhadores e Patrões fecham acordo”: conciliação nos boletins do SMFS e os “Novos Anseios” do Metalúrgico Feirense.**

Nas manchetes editadas entre 1995 e 2003 podem ser observados alguns exemplos de negociação entre o trabalhador metalúrgico feirense e o sindicato patronal, como podemos ver nos seguintes trechos:

“Na última sexta-feira, dia 30 de maio, o SMFS reuniu-se com o Sindicato Patronal, quando foi fechado o acordo coletivo para o período de 01 de maio de 1997 a 30 de abril de 1998. Ficou definido que os trabalhadores que ganham acima do piso salarial receberão 13% a título de abono salarial, a ser pago pelas empresas até o dia 15 deste mês”<sup>88</sup>.

No mesmo boletim, em outra manchete, o SMFS faz uma crítica acerca da política neoliberal do governo FHC:

“Companheiros, o governo FHC insiste em manter suas políticas de ajustes neoliberais, que tem significado o aumento do desemprego. No setor metalúrgico de Feira de Santana, as pessoas que estão perdendo o seu emprego já podem sentir essa situação, a exemplo da Alumínio Tigre e da Alumínio Dular. E olha que existem outras empresas que fecharam as suas

<sup>87</sup> In: SCOLESO, Fabiana. *Reestruturação Produtiva e Sindicalismo Metalúrgico do ABC paulista: as misérias da Era Neoliberal na década de 1990*. Tese de doutorado em História Social. PUC, São Paulo, 2009. (p.335).

<sup>88</sup> Boletim “O Metalúrgico” de junho de 1997. (p.1).

portas, demitindo todos os empregados, como aconteceu aos trabalhadores na Alumínio Eldorado. Somam-se a isso as crescentes perdas do poder de compra dos salários, aumentando a exclusão social no País, além de promover freqüentes ataques, com medidas que eliminam direitos, precarizam as relações de trabalho, restringem o exercício do direito à organização sindical e dilapidam o patrimônio nacional”<sup>89</sup>

Se existe uma conciliação entre o SMFS e o Sindicato Patronal, como se pode criticar uma política que traz benefícios somente ao patronato, como representa a política neoliberal? Eis uma confusão presente nas manchetes dos boletins do SMFS, e que demonstra contradições, tanto na sua natureza política, como no seu discurso. Isto é um grande problema que se observou nos meios sindicais do Brasil na década de 1990, sobretudo aqueles que possuíam filiação com o CUT. O que na verdade é observado é que, não se modifica a luta “em favor da classe”, mas perde-se a “radicalidade” do classismo, que o SMFS colocou como *práxis* principal, nos seus anos iniciais. O classismo que o SMFS queria realizar nos meios operários feirenses não era um classismo combativo, mas que fosse a favor dos trabalhadores, mesmo sendo baseada em coligações com classes dominantes de maioria burguesa, conciliação com partidos burgueses (como o PMDB).

O sindicalismo do SMFS, semelhante ao sindicalismo existente na CUT estava partindo do combativismo inicial para a preponderância do “sindicalismo de resultados”, de onde “vai se consolidando uma concepção de ação sindical baseada no tripartismo e no propositivismo, características do sindicalismo de conciliação de classes, e não do sindicalismo comprometido com a luta contra a exploração e transformação da sociedade”<sup>90</sup>, e este fator pode ser visto em um dos pontos principais que demarcavam as reivindicações: a Participação nos Lucros e Resultados (PLR)<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> Idem. (p.2).

<sup>90</sup> In: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2009. (p.148).

<sup>91</sup> A PLR (Participação nos Lucros e Resultados) representa uma remuneração dada, pela empresa ao trabalhador, conferindo-o uma porcentagem do que é produzido e vendido pela indústria (seja de qualquer ramo de trabalho), como incentivo, visando uma melhor e maior participação deste operário no desenvolvimento da empresa, em toda a sua estrutura. Apesar de ser um tema que retomou uma grande importância a partir da década de 1990, com o surgimento das greves e das novas reivindicações operárias ligadas às transformações no mundo do trabalho, neste período, este tema possui uma contextualização histórica que lhe é própria, e que não será basicamente discutida neste trabalho, porém, buscando um conceito sobre este tema, a PLR representa segundo André Jefferson de Oliveira e Eliane Superti, “no

A história deste benefício dentro do SMFS passa a ser bastante explorada a partir do ano de 1994, quando saiu à Medida Provisória n° 794, regulamentando a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados, e que tinham como princípios:

1. Deve ser um instrumento de integração entre capital e trabalho;
2. Deve servir como incentivo à produtividade;
3. Deve ter regras claras e objetivas, podendo ser considerados como critérios e condições:
  - 3.1 Os índices de produtividade, qualidade ou lucratividade;
  - 3.2 Os programas de metas, resultados e prazos pactuados;
  - 3.3 A não-constituição de base para qualquer encargo trabalhista ou previdenciário;
  - 3.4 A periodicidade do pagamento não poderá ser inferior a um semestre.<sup>92</sup>

Dos 45 boletins publicados entre os anos de 1995 e 2003, manchetes de aproximadamente 14 foram utilizadas para discutir a questão da PLR, o que demonstra um novo objetivo, um novo tipo de reivindicação feita pelo trabalhador no contexto das políticas neoliberais. Segundo Luis Paulo Bresciani<sup>93</sup>, “além da mudança na flexibilização através da “desindexação” dos salários e da ausência de política salarial, a grande repercussão sobre as relações capital/trabalho no período recente diz respeito à participação nos lucros ou resultados”, o que afirma que a questão do PLR pode ser encarada como um retrato das políticas neoliberais frente ao mundo do trabalho na década de 1990, posto que esta negociação possa representar uma tentativa forçada de se colocar o trabalhador a mercê das vontades das empresas, e este passou a ser, a partir de 1995, um ponto crucial de discussão nas manchetes do boletim “O Metalúrgico”, do SMFS. A partir deste momento, questões como as campanhas salariais, reajustes, fundo de garantias e aposentadorias passaram a ser conjugadas com o pressuposto da PLR. Por

---

conjunto da teoria sobre administração participativa, um mecanismo de recompensa”. In: OLIVEIRA, André Jefferson de. SUPERTI, Eliane. *Participação nos Lucros e Resultados – PLR, um estudo sobre as ferramentas de remuneração variável da Administração Participativa*. (artigo). Universidade Estácio de Sá, Ourinhos, São Paulo, 1999. (p.3).

<sup>92</sup> Estes princípios podem ser observados em: ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira. *Participação nos Lucros Definida pelos Resultados*. (artigo). Revista de Administração de Empresas, EAESP, FGV, São Paulo, 1999. (p.72). Os princípios ditados por Álvares fazem parte do texto original da medida provisória, e são discutidos aqui na explicação quanto às características dos novos anseios dos trabalhadores, não somente os da categoria metalúrgica, mas também de outros segmentos.

<sup>93</sup> In: BRESCIANI, Luis Paulo. *Flexibilidade e Reestruturação: o trabalho na encruzilhada*. (artigo). Revista São Paulo em Perspectiva, n° 11, ano 1, São Paulo, 1997. (p.94).



se tornar, neste momento, uma reivindicação importante, não seria deixado de lado o debate acerca do seu surgimento, como podemos ver no seguinte trecho:

“MEDIDA PROVISÓRIA DA PLR É TRANSFORMADA EM LEI: No apagar da luzes de 1994, mas precisamente no dia 29 de dezembro, o Governo Itamar Franco editou a medida provisória número 794, reeditada posteriormente por FHC por 72 vezes, sob vários números, dispondo sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas. Mas, no entanto, tal matéria já fazia parte da Constituição Federal de 1946. Portanto, muito embora os trabalhadores tenham formalmente assegurado o direito de participação nos lucros desde 1946, a verdade é que tal preceito constitucional jamais foi regulamentado em lei e as experiências que ocorreram neste período foram resultantes de processos negociais ou mesmo por iniciativas patronais. Passados exatamente seis anos, em dezembro de 2000, foi finalmente convertida em Lei a medida Provisória que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas, como instrumento de integração entre capital e trabalho, e como incentivo a produtividade, nos termos do artigo 7, inciso XI, da Constituição. Lei 10.101 garante aos trabalhadores o pagamento da PLR”.<sup>94</sup>

A Medida Provisória que regulamentava a PLR foi estipulada em 29 de dezembro de 1994, e passou a se tornar lei a partir de 19 de dezembro de 2000, com a lei nº 10.101, que regula a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados, como instrumento de integração entre capital e trabalho, com incentivo a produtividade. Este fator “incentivo a produtividade” pode destacar muito bem a situação por qual passava o mundo do trabalho atual e a sua relação com os principais órgãos de representação do trabalhador, que a partir deste momento passa a ter uma relação quase que vital com a empresa que trabalha, ou seja, uma participação nos lucros e resultados coloca o trabalhador como principal responsável pela produção que irá gerar o seu salário, retirando o comprometimento do dono dos meios de produção em relação a este salário.

Se o SMFS faz uma crítica a favor do PLR em seus boletins, não significa que o sindicato pensa neste benefício enquanto direito do trabalhador, mas sim numa conciliação que gere facilidades e direitos pré estabelecidos para este mesmo

---

<sup>94</sup> Boletim “O Metalúrgico”, de abril de 2001. (p.3).

trabalhador, o que significa que o SMFS e sua corrente deixam de lado a luta e partam para uma negociação entre patrão e operário, que fosse benéfica para ambos. No caso, se o SMFS possuía como plano político uma forma própria de luta revolucionária, como realizava a seu bel prazer o PCdoB, a negociação e conciliação entre trabalhadores e patrões em vista de um objeto de satisfação para as duas classes trata-se de uma grande contradição, o que pode demonstrar o tipo de discurso que era feito nas manchetes dos boletins.

Este problema, enquanto referente ao sindicalismo feito pela CUT, pode ser explicada por Luis Lauro Bilek, que explica que “contribuiu para a modernização conservadora do sindicalismo brasileiro, atualizando a tendência historicamente dominante da política nacional, em que as soluções dos conflitos ocorrem nos acordos entre as elites”<sup>95</sup>, o que nos faz pensar na crise sindical presente na década de 1990, como resultante dos processos conformativos feitos pelas políticas neoliberais que geraram a forte divisão no mundo do trabalho, de onde o desenvolvimento da produção estava ligado à conciliação entre trabalhador e patrão. Para o SMFS não era interessante de se fazer um campo de lutas que gerasse conflitos radicais entre o sindicato metalúrgico e o patronal feirense, através de mudanças benéficas apenas ao trabalhador. O interessante era que o trabalhador deveria conseguir os seus anseios a partir de um acordo mútuo, e que só assim poderia conseguir o dinheiro que desejava, e os direitos que alcançava como podemos ver no seguinte trecho:

“É verdade. Vários companheiros que trabalham na área do corte passaram boa parte do tempo reivindicando um aumento em seus vencimentos e nada. [...] os baixos salários é um problema a ser resolvido, mais o que está em jogo é a PLR, e aí companheiros, a unidade neste momento é uma aliada importante neste momento. A divisão só interessa aos patrões”.<sup>96</sup>

A preocupação acerca da PLR, acima da questão dos salários, exemplifica que o sindicato estava mais preocupado com “um dinheiro a mais” que o trabalhador deveria receber com a PLR, em contrapartida a melhoria do salário mensal, o que pode mostrar

---

<sup>95</sup> In: BILEK, Luis Lauro. *Mundialização do Capital e Crise do Sindicalismo: o caso do sindicato dos bancários de Londrina*. Dissertação de Mestrado. UEL, Londrina, PA, 2004. (p.119).

<sup>96</sup> Boletim “O Metalúrgico”, de agosto de 2003. (p.2).

a conciliação entre trabalhador metalúrgico feirense e patrão como aglutinador dos direitos deste trabalhador, em conformação a produção industrial e seus rendimentos, o que deixa claro que o SMFS fazia uma política pelega, e não classista e revolucionária que costumava pregar com a sua CSC, pois, sendo a favor de uma lei feita pela classe dominante, com regras relacionadas ao direito à PLR determinadas pela classe patronal. Representa uma contradição, tanto nas ações como em seu discurso, de onde o “classismo” era para ambos (patrão e trabalhador), e não tão somente em favor do trabalhador.

A conseqüente transformação da industrialização no país, feita pelos governos neoliberais, que trouxeram consigo a reestruturação produtiva, levou os sindicatos do país a também “reestruturarem” as suas reivindicações. O SMFS apresentando o PLR como pauta principal, nas manchetes dos boletins de sua ação sindical traz um significado baseado num “sindicalismo de resultados” para classe, e não um sindicato de lutas feitas pela própria classe trabalhadora, como costumava colocar a sua ação dentro de seu princípio, o classismo, que também faz parte dos princípios estipulados de sindicalismo da CUT. Como explica Edmundo Fernandes Dias:

“A tecnologia, e o fetichismo por ela (reestruturação) imposto, é aqui fundamental. O trabalhador se torna um “associado” ao capital. O trabalhador-patrão, dono muitas vezes de pequenas empresas, aparece como responsável pela produção e pela satisfação dos desejos e interesses dos clientes. Nessa operação “desaparecem” as contradições entre esses trabalhadores e seus antigos patrões, entre eles e os consumidores. Eliminando o horizonte antagonista do capital, a referência classista internacional, desconstruído esse horizonte, despolitizado o debate, tudo se reduz a administração”.<sup>97</sup>

Fazendo uma redução do debate político, e se preocupando com reivindicações já prontas em pauta, e que se fazem como reivindicações próprias do mundo sindical, como o questionamento ao período de trabalho exercido pelo operário, além de direito que se tornaram fundamentais, como o FGTS e o 13º salário, o SMFS não dá um fim a

---

<sup>97</sup> In: DIAS, Edmundo Fernandes. *Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes*. (artigo) Revista Outubro, ano 1 n°01, São Paulo, 2006. (p.45).

sua luta sindical, e nem as suas ações, porém passam a transformá-las interiormente dentro de seu espaço, o que conseqüentemente vai ser colocado em seus instrumentos de campanha, nos boletins. É importante destacar este fator, pois espelha a transformação por qual passava as relações de trabalho na década de 1990, além das modificações, situadas dentro de um período de crise econômica, generalizada nos movimentos sindicais.

Após a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei do PLR, o boletim “O metalúrgico” do SMFS foi constantemente usado para a discussão deste fator de reivindicação, dando pouco espaço para as campanhas salariais, a qual foi creditada poucas manchetes, além de direitos antes questionados, como o direito ao FGTS, bem perceptível nos seguintes trechos:

“PLR JÁ: No dia 08 deste mês, realizamos assembléia para a aprovação da pauta de reivindicação do PLR da Jossan Bekaert. Os companheiros compreenderam a importância de participar das discussões, comparecendo em número significativo, dando sugestões e informações importantes para o sindicato poder se preparar para as negociações. [...] Companheiros, vocês estão de parabéns pela presença e a demonstração que estão dispostos a lutar por um PLR, não vou dizer justo, porque justo seria dividir o lucro meio a meio, mais um PLR digno, pois é fruto do trabalho daqueles que cumprem uma jornada exaustiva na produção. Vamos à luta, pois a luta não pára”.<sup>98</sup>

Notamos que, o SMFS, dentro deste trecho, faz uma conciliação, em favor da reivindicação, modificando o caráter de classe, convertendo-o numa forma de pensamento, de onde existe algo mais importante a se ter preocupação do que dividir o lucro meio a meio, a preocupação em se obter a participação nos lucros e resultados, atendendo a um propósito conciliatório político em favor consciente a situação da classe oponente, neste caso, a classe patronal. Não realizar planos de intervenção mais radicais na política industrial da cidade, além de manter negociações políticas com as classes dominantes, ligadas a classe que hegemonomizam o setor industrial explica bem o caráter político do SMFS, que passa a esquecer do caráter classista de sindicato, e passar a ter

---

<sup>98</sup> Boletim “O Metalúrgico”, especial de junho de 2001. (p.1).

uma característica de sindicato que visa apenas os resultados, apaziguando as relações entre trabalhador e patrão.

Este problema de mudança de direção do discurso e das ações do SMFS exemplifica bem a situação por qual passava o sindicalismo no país, principalmente no que se refere ao sindicalismo da CUT. Apesar de manter a sua realidade própria, e de ser orientado politicamente por uma corrente de orientação contrária a que hegemonizava a CUT, o SMFS possuía filiação com a central sindical, e o seu princípio classista também compreendia ao princípio classista da CUT, apesar de suas contradições internas. O que estava em transformação no sindicalismo da CUT, segundo Rodrigo Dias Teixeira, fora “a substituição da luta classista pelo exercício da cidadania”<sup>99</sup>, de onde:

“A nova formação cutista colocava-se, portanto, em prol, da constituição de instrumentos que viabilizassem uma nova Central, com outro pano de fundo enquanto concepção. A formação da CUT perdia o seu caráter político-sindical, para tornar-se apenas sindical-instrumental, voltada para as demandas cotidianas das direções na organização dos sindicatos, convertendo seu objetivo estratégico de superação da ordem capitalista em uma disputa de rumos para outros modelos de desenvolvimento”<sup>100</sup>.

O que fazia parte agora do sindicalismo proposto pelo SMFS era a prática, por parte de sua direção, convergindo o seu pensamento e a sua prática socialista (que se apresentavam mais sociais-democráticas do que realmente socialistas), através da distribuição dos boletins. Segundo o presidente do SMFS, José Américo Reis, a atividade do SMFS:

“[...] ela é de fundamental importância, para os trabalhadores, por que nós trabalhamos no sentido de fazer com que, a questão econômica seja discutida, e também a questão política, porque ela é necessária para que os

---

<sup>99</sup> In: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2009. (p.114).

<sup>100</sup> Idem. (p.114).

trabalhadores estejam politizados, por que nós não vivemos só de questão econômica, ela é necessária e preciso que os trabalhadores participem com vida política, justamente porque nós lutamos também pela transformação da sociedade, nós queremos é, romper com esse sistema que nós estamos vivendo, por isso que acho importante, que se trabalhe nesse sentido na organização política dos trabalhadores metalúrgicos em Feira”<sup>101</sup>.

Desta forma, como pretender realizar uma atividade de discussão da economia, formar uma consciência mais politizada para o trabalhador metalúrgico se, nas suas ações, são realizadas práticas que podem interferir neste tipo de luta? Justamente pela apresentação de um programa político revolucionário em conjunção com uma conciliação com partidos de domínio político burguês, é que se forma esta contradição dentro do SMFS, através das idéias do PCdoB dentro da sua corrente sindical, a CSC-BA. Embora, em seu discurso, distribuído nas manchetes do Boletim “O Metalúrgico” se faça uma idéia de defesa da classe, a conciliação com a classe dominante faz com que esta defesa não seja totalmente realizada, ou seja, os partidos dominados por setores da burguesia iriam, a partir desta conciliação, impor as suas idéias e vontades, desmontando uma série de reivindicações da classe operária.

A prática do SMFS não compreendeu mais do que uma prática política exercida pelo PCdoB, através da sua corrente sindical, a CSC, que no limar da década de 1990 travou uma forte luta por hegemonia política nos espaços sindicais da Bahia, conseguindo, devido à forte presença da militância comunista, o domínio no sindicato metalúrgico feirense, e esta prática passou a ser escrita e disseminada nas manchetes do Boletim “O Metalúrgico” do SMFS, ou seja, a imprensa realizada pelos dirigentes do SMFS, através destes boletins, não assegurava somente a forma de reivindicação do trabalhador e seus anseios, mas também passou a fazer parte da campanha do partido, como se o espaço do SMFS fosse um prolongamento da sede do PCdoB em Feira de Santana. É curioso ressaltar que, a sede do sindicato se situa na mesma rua da sede do PCdoB feirense, ou seja, a disseminação das idéias não se resumia apenas as práticas do partido dentro do sindicato, mas também a sua localidade física tinha importância.

Em se tratando da relação entre sindicato e partido político, Cristiane Leyendecker afirma que esta relação pode ser caracterizada da seguinte forma:

---

<sup>101</sup> Entrevista realizada com o ex-presidente do SMFS, José Américo Reis (Caxixi), no dia 19 de agosto de 2009.

“O partido tendo por objetivo organizar politicamente a classe, a fim de traçar uma estratégia de luta por um objetivo específico; o sindicato, por sua vez, apresenta objetivos mais imediatistas. [...] mas pela sua composição mais heterogênea, uma vez que nem todos os trabalhadores vêm da militância partidária, os sindicatos têm, por objetivo específico organizar a classe na sua luta diária. Assim, torna-se necessária a influência do Partido para que se dê um sentido político à luta sindical, embora seja possível, como resultado, a subordinação do sindicato ao partido, secundarizando a luta e priorizando o projeto partidário”.<sup>102</sup>

O que é importante destacar é que, no estatuto que rege as ações do SMFS, não se encontra nenhuma cláusula que especifique a filiação partidária dos sindicalizados, apesar de determinar as ações e o tipo de votação eleitoral, para as chapas colegiadas, dentro do sindicato, o que infere na questão da autonomia e liberdade sindical oferecidas pelo artigo 8 da Constituição Federal, que trouxeram vantagens para a corrente sindical metalúrgica que hegemonizaria politicamente o SMFS, e que tinha como partido o PCdoB. O que vem a acontecer é uma modificação das ações do SMFS em conjunto com as modificações do discurso, nos boletins, em conformação aos desejos do partido relacionado com o sindicato. Novas reivindicações e novas ações sindicais são a tônica para justificar o poderio do PCdoB no SMFS.

---

<sup>102</sup> In: LEYENDECKER, Cristiane. Relação Partido/Sindicato: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2004. (p.26).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### SMFS: DO CLASSISMO, COMO PRINCÍPIO, À CONCILIAÇÃO, ENQUANTO PRÁTICA

A forma de trabalho, suas relações, além de um desejo maior acerca da melhoria destas questões são os pontos que foram bastante discutidos no Boletim “O Metalúrgico”, do SMFS, entre os anos de 1988 e 2003. E este quesito é bastante explorado pelo sindicato, desta forma, porque representa a essência do que seria discutido e debatido nas manchetes, o que nos leva a crer que um boletim, inicialmente, serve como um meio de propagação de idéias relativa a uma melhoria da qualidade desta forma de trabalho para aquele que necessita do mesmo para a sua sobrevivência.

“O trabalho pode ser compreendido como uma atividade que tem como fim a satisfação das necessidades vitais, além de proporciona uma sensação de realização pelo processo de dominar e transformar a natureza, transformando-se a si”<sup>103</sup>, desta forma, a criação de um texto que visa um questionamento maior do trabalhador em relação à atividade que realiza, pode representar também uma forma modificadora do assunto chamado trabalho, dentro da questão do discurso.

Porém, o que fora observado é que, não era somente uma preocupação ao fator trabalho que permeava as idéias presentes no SMFS, principalmente no que se refere aos seus dirigentes. Foi observado que, antes de uma preocupação com o trabalho, estava a preocupação política de um séquito de dirigentes que disputavam a hegemonia político-sindical metalúrgico num espaço de industrialização crescente que representava (e representa ainda) a cidade de Feira de Santana.

A utilização do classismo, enquanto princípio prático, que delineava o discurso do SMFS não estava ligada, no surgimento do sindicato, a uma preocupação com o trabalhador metalúrgico feirense. Apenas o SMFS, com a sua corrente ideológica, utilizava o princípio de uma central sindical a que recentemente estava se unindo, porém mantinha a sua ação, o seu discurso (preparado pelos ditames do PCdoB, partido

---

<sup>103</sup> In: PENKAL, Royemerson. *Qualidade Total e Sindicalismo Moderado Produtivo nos Metalúrgicos da Grande Curitiba*. Dissertação de Mestrado. UFPR, Paraná, 2005. (p.159).



responsável pela corrente dominante no sindicato) a seu favor, modificando-o em paralelo a sua prática sindical.

Passando os anos, e solidificando a presença constante deste órgão nos meios operários feirenses, o “discurso classista” que o SMFS queria estabelecer passou a dar lugar a uma maior negociação entre trabalhadores e patrões, fator que esteve bastante unido aos direitos que foram constantemente ameaçados com as políticas neoliberais da década de 1990, como o FGTS e o abono salarial, além da formatação e da maior divulgação de “novas reivindicações”, como a Participação nos Lucros e Resultados, que foi bastante utilizada pela classe dominante industrial feirense na contenção de movimentos de greve, e de uma maior radicalidade do sindicato metalúrgico de Feira de Santana.

Para os dirigentes do SMFS era mais fácil a negociação do que o confronto mais aberto com aqueles que possuíam os meios de produção, que geravam o salário do trabalhador, e esta conciliação, enquanto prática serviu-se do boletim “O Metalúrgico”, e de toda a sua estrutura discursiva como retrato desta negociação, que pode também ser considerado como um retrato das ações políticas do PCdoB, e sua corrente sindical, dentro do SMFS. O ato de negociação em lugar do confronto se deu basicamente desde o nascimento do sindicato metalúrgico feirense, e continuou a sua jornada passando pelo ano de 2003, dando início a uma prática defensionista que não trazia apenas um significado próprio, mas também fazia um retrato do sindicalismo feito pela CUT no início da década de 1990 <sup>104</sup>.

Portanto, o discurso classista do SMFS não atingiu os seus anseios, e verdadeiramente fora utilizado por um pequeno grupo partidário que buscava uma maior representação política da classe, porém com idéias que transitava fora do plano político revolucionário que a sua auréola comunista procurava afirmar. O tipo de classismo do PCdoB dentro do SMFS fora diferente do princípio classista da CUT nacional, e fora também diferente do classismo que a Articulação queria na FETIM-BA, não devido somente as particularidades de cada um, mas da política que ambos queriam realizar, dentro de uma briga por hegemonia política e por representação.

---

<sup>104</sup> O aspecto do declínio do sindicalismo da CUT, e de seus sindicatos filiados também pode ser bem observado em: COIMBRA, Ana Livia de Souza. *Sindicalismo e Cidadania. Análise da participação institucional dos sindicatos dos trabalhadores cutistas em período de crise*. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. (p.175).

## LISTA DE FONTES

Serão apresentadas na pesquisa as seguintes fontes:

- Entrevista com o sindicalista e metalúrgico José Américo Reis (Presidente do Sindicato)

### **DOCUMENTOS PRESENTES NO SINDICATO:**

- Edição “Debate Sindical”, com o seguinte título “A quem serve a aprovação da convenção 87”, que apresenta uma carta-comentário sobre a Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), onde o tema é a libertação dos sindicatos da tutela estatal.
- Carta de 1987 ao FETIM-BA intitulada “Movimento Sindical”, com recortes da Corrente Sindical Classista – BA.
- Boletim “Sindicato dos Metalúrgicos de Feira de Santana”, de 04 de dezembro de 1988, onde foi escrita e impressa na data de posse do sindicato, o que seria o protótipo do boletim “O metalúrgico”.
- Pautas temáticas do II Congresso dos Metalúrgicos de 1989, sobre o movimento sindical e os debates sobre as eleições presidenciais da época citada.

### **BOLETINS INFORMATIVOS:**

- Boletim “O Metalúrgico”, de abril de 1992.
- Boletim “O Metalúrgico”, de maio de 1992 (publicação de dois boletins no mesmo mês).
- Boletim “O Metalúrgico”, de setembro de 1992.
- Boletim “O Metalúrgico”, de março de 1993.
- Boletim “O Metalúrgico”, de novembro de 1993.
- Boletim “O Metalúrgico”, de janeiro de 1994.
- Boletim “O Metalúrgico”, de março de 1994.
- Boletim “O Metalúrgico”, de julho de 1994.
- Boletim “O Metalúrgico”, de fevereiro de 1995.
- Boletim “O Metalúrgico”, de abril de 1995.
- Boletim “O Metalúrgico”, de outubro de 1995.
- Boletim “O Metalúrgico”, de novembro de 1995.
- Boletim “O Metalúrgico”, de março de 1996.
- Boletim “O Metalúrgico”, de novembro de 1996.

- Boletim “O Metalúrgico”, de maio de 1997.
- Boletim “O Metalúrgico”, de junho de 1997.
- Boletim “O Metalúrgico”, de julho de 1997.
- Boletim “O Metalúrgico”, de setembro de 1997.
- Boletim “O Metalúrgico”, de outubro de 1997.
- Boletim “O Metalúrgico”, de novembro de 1997.
- Boletim “O Metalúrgico”, de março de 1998.
- Boletim “O Metalúrgico”, de maio de 1998.
- Boletim “O Metalúrgico”, de novembro de 1998.
- Boletim “O Metalúrgico”, de janeiro de 1999.
- Boletim “O Metalúrgico”, de maio e junho de 1999, destacando edital de convocação aos trabalhadores da Retificadora Feirense de Motores para assembléia.
- Boletim “O Metalúrgico”, da 2º quinzena de maio de 1999.
- Boletim “O Metalúrgico”, da 1º quinzena de agosto de 1999.
- Boletim “O Metalúrgico”, da 1º quinzena de outubro de 1999.
- Boletim “O Metalúrgico”, de abril de 2000.
- Boletim “O Metalúrgico”, especial de maio e de junho de 2000.
- Boletim “O Metalúrgico”, de agosto de 2000.
- Boletim “O Metalúrgico”, de setembro de 2000.
- Boletim “O Metalúrgico”, de março de 2001.
- Boletim “O Metalúrgico”, de abril de 2001.
- Boletim “O Metalúrgico”, de junho de 2001.
- Boletim “O Metalúrgico”, especial de junho de 2001.
- Boletim “O Metalúrgico”, de agosto de 2001.
- Boletim “O Metalúrgico”, de setembro de 2001.
- Boletim “O Metalúrgico”, de novembro de 2001.
- Boletim “O Metalúrgico”, de fevereiro de 2002.
- Boletim “O Metalúrgico”, de março de 2002.
- Boletim “O Metalúrgico”, 2º quinzena de março de 2002.
- Boletim “O Metalúrgico”, de abril de 2002.
- Boletim “O Metalúrgico”, de junho de 2002.
- Boletim “O Metalúrgico”, de outubro de 2002.
- Boletim “O Metalúrgico”, de março de 2003.

- Boletim “O Metalúrgico”, de abril de 2003.
- Boletim “O Metalúrgico”, de maio de 2003.
- Boletim “O Metalúrgico”, de julho de 2003.
- Boletim “O Metalúrgico”, de agosto de 2003.
- Boletim “O Metalúrgico”, especial da 2º quinzena de agosto de 2003.
- Boletim “O Metalúrgico”, de setembro de 2003.
- Boletim “O Metalúrgico”, de outubro de 2003.
- Boletim “O Metalúrgico” de novembro de 2003.
- Boletim “O Metalúrgico” de dezembro de 2003.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. *Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*. Tese de Doutorado. UNICAMP, São Paulo, 1998.
- ÁLVARES, Antonio Carlos Teixeira. *Participação nos Lucros definida pelos Resultados*. (artigo). Revista de Administração de Empresas, EAESP, FGV, São Paulo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, UNICAMP/Cortez, 1995.
- BATISTA, Fayra da Costa. *A CUT e a política de formação profissional na década de 1990*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFF, Rio de Janeiro, 2007.
- BILEK, Luis Lauro. *Mundialização do Capital e Crise do Sindicalismo: o caso do sindicato dos bancários de Londrina*. Dissertação de Mestrado. UEL, Londrina, PA, 2004.
- BOITO JUNIOR, Armando (org.) *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOITO JUNIOR, Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Editora Xamã, São Paulo, 1999.
- BRANDÃO, Nágela Aparecida. *Crise e Reestruturação Capitalista: manutenção ou construção de uma nova Ideologia? Uma análise da Central Única dos Trabalhadores*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNICAMP: São Paulo, 2003.
- BRESCIANI, Luis Paulo. *Flexibilidade e Reestruturação: o trabalho na encruzilhada*. (artigo). Revista São Paulo em Perspectiva, nº 11, ano 1, São Paulo, 1997.
- CABRERA, José Roberto. *O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo: rupturas e continuidades*. Tese de doutorado em Ciência Política. UNICAMP, São Paulo, 2008.
- CARVALHO, Guilherme. *Sindicalismo Cutista e Representação, apontamentos sobre a ação sindical diante da reestruturação produtiva*. (artigo), Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, Volume 1, nº 1, jul/dez.2008.
- COIMBRA, Ana Lúcia de Souza. *Sindicalismo e Cidadania. Análise da participação institucional dos sindicatos dos trabalhadores cutistas em período de crise*. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- CRUZ, Antonio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes*. (artigo) Revista Outubro, ano 1 nº01, São Paulo, 2006.
- FARIA Fabiano Godinho. *Ação, Tradição e Organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB*. Dissertação de Mestrado. UFF, Rio de Janeiro, 2008.
- GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores, rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação de Mestrado: UFF, Niterói, RJ, 2000.
- GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma Trabalhista no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP, São Paulo, 2003.
- GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, Scritta, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968.

- GUIMARÃES, A. S. A.; LORZA, F.; LOPES, F.; KRAYCHETTE, G.; CASTRO N.; FALCON, P. *Repensando Uma Década - A Construção da CUT Na Bahia Nos Anos Oitenta*. SALVADOR: EDUFBA, 1994.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre historia operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- LEYENDECKER, Cristiane. *Relação Partido/Sindicato: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*, Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 1998.
- OLIVEIRA, Celina Gomes. *A Gênese da CUT: oposição sindical (e novo sindicalismo) na construção da Central*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP: Campinas, SP: 1995.
- OLIVEIRA, André Jefferson de. SUPERTI, Eliane. *Participação nos Lucros e Resultados – PLR, um estudo sobre as ferramentas de remuneração variável da Administração Participativa*. (artigo). Universidade Estácio de Sá, Ourinhos, São Paulo, 1999.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Mentes que brilham: Sindicalismo e Práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*. Tese de Doutorado. UNICAMP: São Paulo, 2002.
- PENKAL, Royemerson. *Qualidade Total e Sindicalismo Moderado Produtivo nos Metalúrgicos da Grande Curitiba*. Dissertação de Mestrado. UFPR, Paraná, 2005.
- RAMALHO, José Ricardo (org.), SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro: A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- REZENDE, Luiz Otávio de Oliveira. *A Nova Racionalidade no Mundo do Trabalho e seus reflexos sobre o Sindicalismo*. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, PR, 2006.
- RODRIGUES Iram Jácome. *O Novo Sindicalismo, vinte anos depois*. Editora Vozes: São Paulo, 1999.
- SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, São Paulo, 2000.
- SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido. Origens e trajetória do PT de Feira de Santana. (1979 – 2000)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro. 2007.
- SCOLESO, Fabiana. *Reestruturação Produtiva e Sindicalismo Metalúrgico do ABC paulista: as misérias da Era Neoliberal na década de 1990*. Tese de doutorado em História Social. PUC, São Paulo, 2009.
- SILVEIRA, Ramais de Castro. *Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil, de Sarney a FHC*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- STEIGENBERGER, Fabiana Fernanda. *A Subjetividade Dispersa no Discurso da CUT*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2007.
- TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. 2009.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O Impacto da Ideologia Neoliberal no meio Operário – um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Tese de Doutorado. UNICAMP. SP. 2004.
- VALERIANO, Maya Damasceno. *O processo de precarização das Relações de Trabalho e a Legislação Trabalhista: O Fim da Estabilidade no Emprego e o FGTS*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2008.
- WATANABE, Ben. *Toyotismo, um novo padrão mundial de produção?* Revista dos Metalúrgicos, São Paulo: CUT/CNM, dezembro de 1993.